DIARIO OFFICIAL

DA
REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XXIX — 2º DA REPUBLICA — N. 53

RIO DE JANEIRO

TERÇA-FEIRA, 25 DE FEVEREIRO DE 1890

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

LAVOURA E ESTATISTICA COMMERCIAL

EXPOSIÇÃO AO CHEFE DO GOVERNO PROVISORIO

Marechal

As leis ns. 2797 de 20 de outubro de 1877 e 2940 de 31 de outubro de 1879 crearam, no Ministerio da Fazenda, uma divisão especial, consagrada á estatística das finanças, da navegação e do commercio no Brazil.

Os trabalhos dessa repartição, dedicados á estatística commercial, limitam-se a mappas demonstrativos das qualidades, das quantidades, dos valores officiaes e procedencias das mercadorias estrangeiras importadas, assim como das qualidades e quantidades dos generos nacionaes exportados, com declaração de seus valores officiaes e destinos, mais as recapitulações e os calculos respectivos.

Esses mappas, estampados sob a designação de estatística do commercio e navegação de longo curso, tem por elementos os dados que servem de base á arrecadação das rendas aduaneiras, sendo os valores dos generos nelles mencionados os valores officiaes calculados para cobrança dos tributos fiscaes.

Ora quasi sempre os productos nacionaes exportados e os estrangeiros, que importamos, vendem-se— estes nos nossos mercados, aquelles nos mercados estrangeiros— a preços superiores, ou inferiores, aos dos calculos sobre que se effectua nas alfandegas a cobrança dos impostos aduaneiros.

Não, se pôde pois, confiar nos valores das importações e exportações do paiz inscriptos nessas taboas estatísticas do commercio e navegação entre nós.

A estatística commercial não se circumscreve a essas demonstrações officiaes, cujos valores se estimam, em geral, sem exactidão, empiricamente. O seu intuito principal consiste em investigar, e demonstrar, nos seus trabalhos, não só a quantidade e qualidade dos productos nacionaes colhidos, por colher, ou por manufacturar nos centros productores, como tambem as existencias (stock) dos artigos dessas mesmas especies nos mercados consumidores.

Determina-se o progresso commercial de um estado pela actividade, com que se realizam as permutas entre a procura e a offerta, assim como pelo saldo constante dos valores das mercadorias exportadas sobre os das im-

portadas, saldo que dá em resultado a capitalisação e, em consequencia desta, a alta do cambio sobre os paizes estrangeiros.

A decadencia commercial vae-se operando, e revelando pelo marasmo no movimento de compras e vendas nas praças mercantis e pelo constante excesso, que, no balanço geral do commercio, apresentam os valores das importações sobre o das exportações, fazendo baixar os cambios estrangeiros, graças á falta de capitalisação nacional.

Nessa differença se consideram incluídos os saldos entre o total das moedas e cambias que do paiz saem e o das que entram no paiz, desde que moedas e cambias são tambem mercadorias, cujos valores se regem segundo a lei da relação entre a offerta e a procura.

Mostram estes principios a necessidade de fomentar-se a produção nacional, e desenvolver-se-lhe o preço, a fim de augmentar o valor geral accumulavel no paiz, diminuindo o valor geral dos capitales absorvidos pelo estrangeiro.

Na diminuição dos valores dos productos de um paiz está uma das causas principaes das crises commerciaes e financeiras. Manifesta-se essa diminuição, ora naturalmente, quando a produção é maior do que o consumo, ora artificialmente :

1.º Quando, por carencia de trabalhos estatísticos, os mercados productores, desconhecendo o que realmente possuem, e ignorando as necessidades do consumo, entregam os seus generos por baixo custo aos especuladores, que os illudem, figurando, mediante noticias e telegrammas inexactos, abundancia dos artigos, de que ha escassez ;

2.º Ou quando, não tendo o mercado nacional recursos, para resistir á pressão de baixas arbitrarias, preparadas pelos exportadores colligados, veem-se os productores na contingencia forçosa de entregar os productos indigenas aos preços infimos, que a especulação lhes impõe.

Para atalhar esses inconvenientes, a que tem estado sempre sujeito o nosso mercado, com damno incalculavel dos productores, do commercio e do paiz, e fazer respeitar os valores reaes da produção nacional, que devem obedecer unicamente ás relações espontaneas entre a offerta e a procura, seria mister:

1.º Organisarem-se trabalhos estatísticos, por onde se estude e conheça a verdadeira produção annual do paiz e a estimação que ella pôde ter, determinada sómente pelo confronto entre as necessidades reaes da procura nos

outros mercados, e a produção nacional, tendo-se em vista a produção similar dos paizes que comnosco competem. Desses trabalhos estatísticos se conhecerá, com a possível aproximação (mediante o calculo das médias das colheitas anteriores, estudos analyticos e informações fidedignas) a quantidade e qualidade das colheitas futuras, bem como a existencia (stock) dos generos iguaes aos dessas colheitas accumulados nos mercados estrangeiros, afim de avaliar-se a extração, que podem ter os generos nacionaes nos mercados consumidores, e determinar-se-lhes o verdadeiro valor.

2.º Haver estabelecimentos de credito, que, no intuito de manter o mercado em alta natural, facilitem aos productores e aos negociantes as quantias necessarias ao movimento corrente das suas transacções e á expansão da sua industria, sob a garantia dos generos armazenados, em tulhas ou pendentas das arvores.

3.º Estabelecerem-se, nas praças estrangeiras, que mais importam, ou recebem os nossos productos, casas brasileiras, filiaes ás mais importantes de nossas praças, ou directamente relacionadas com estas, por intermedio das quaes se possam exportar os generos nacionaes. Assim cessará o monopolio da exportação dos nossos productos, exercitada privativamente pelas casas estrangeiras no Brazil, filiaes a casas matrizes situadas nos mercados europeus e americanos, as quaes exploram o commercio dos fructos da nossa cultura a preços dictados pelo arbitrio dos interesses de uma especulação sem correctivos.

Os artigos que importamos dos varios mercados estranhos, são, na sua quasi totalidade, recebidos directamente, ou á consignação, por casas estrangeiras estabelecidas no Brazil, de onde se escoam, em sua maior parte, senão no todo, os valores dos avultados lucros auferidos nesse commercio. Essas vantagens affluem em sua generalidade, para a patria dos que utilizam esse ramo de negocio, concorrendo este elemento como factor de primeira ordem para a depressão do cambio.

Entretanto, no estrangeiro, não ha casas brasileiras, que recebam os nossos generos, para os vender por conta propria, ou a consignação, encaminhando para o Brazil os vantajosos proventos desse commercio importante.

E' certamente de *iniciativa particular* a criação dessas casas nas praças estrangeiras, para receberem, e venderem os nossos principaes productos, como o café, a borracha, o assucar e outros. Mas o governo da Republica, á semelhança do que fazem outros estados, poderia, mediante certos incentivos, acoroçoar essa iniciativa, de vantagens incontestaveis e preciosissimas para o desenvolvimento economico do paiz.

A não curarmos de providencias taes, continuarão os mercados brasileiros sem orientação, entre constantes e arbitrarias fluctuações, devidas ao dominio absoluto e á irrefreida especulação das praças estrangeiras, para onde se vendem, e exportam os nossos productos.

Indispensaveis são, ainda, essas medidas, para acautelar a população contra os males provenientes da penuria

nos principaes generos necessarios ao seu consumo. A falta de braços agricolas e a secca destes dous ultimos annos diminuíram muito, no interior do paiz, as plantações de cereaes e as criações de animaes uteis, elevando os preços dessas mercadorias acima do dobro do seu custo normal.

Si houvesse, no Brazil, trabalhos estatísticos, que, apreciando essas causas, determinassem préviamente as suas resultantes naturaes, o commercio mandaria vir de outros mercados, com lucro para si e beneficio para o publico, os artigos reclamados pelo nosso consumo, segundo as exigencias de cada quadra e as necessidades de cada crise.

Os auxilios prestados á lavoura desaparecerão, ou nullificar-se-hão sempre, emquanto os poderes publicos não libertarem a produção das baixas artificiaes e outras especulações, tão prejudiciaes e condemnadas, quanto frequentes e geraes.

O lavrador, que trabalha, empatando capitaes, pagando juros e salarios altos, precisa encontrar no preço dos generos de sua cultura compensação correspondente ás despesas, aos sacrificios e aos contratempos. Se os seus generos não obtêm, nos mercados, preços compensadores, desanima, e abandona a lavoura, cahindo na indolencia, ou empregando a actividade n'outros negocios, onde vai encetar nova aprendizagem.

Quem conhece a nossa agricultura, o nosso commercio, especialmente o de café, não póde ignorar o innumeravel numero das victimas, arruinadas, ou condemnadas ao depauperamento por essas baixas artificiaes, pelo systema das vendas a entregar, com preços determinados, em prazos mais ou menos longos, e tantas outras especulações, promovidas, a beneficio proprio, pelos exportadores, que, dispondo de recursos, estudando os mercados consumidores, e conhecendo a cegueira dos nossos, jogam sem risco de perda, na certeza de lucros infalliveis e exaggerados.

Demonstram esses factos a necessidade, sensibilissima ao commercio e á lavoura, de dados estatísticos, certos e authenticados por instituições officiaes, que protejam, que emancipem a produção nacional, guiando-a no seu curso natural e ascendente para a prosperidade, e evitando os artificios dos exploradores, que desfalcam, em vantagem do estrangeiro, o melhor dos fructos do trabalho nacional applicado á cultura do sólo.

Para satisfazer a esta necessidade, que interessa organicamente a propria existencia da agricultura brasileira, a liberdade do seu desenvolvimento e a plena expansão de suas forças, proporcionando-lhe um systema regular e sério da estatistica commercial, temos a honra de propor-vos as medidas coordenadas no projecto seguinte.

22 de fevereiro de 1890.

RUY BARBOSA.

DECRETO N. — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1890

Cria Secções de Estatística Commercial, annexas ás Associações Commerciaes

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio, constituído pelo Exercito e a Armada em nome da Nação, decreta:

Art. 1.º Fica instituída, como serviço annexo a cada uma das Associações Commerciaes, conforme regimento que se expedirá, uma Secção de Estatística Commercial.

SUAS FUNCÇÕES

Art. 2.º As funcções deste serviço tem por fim orientar a lavoura e o commercio, determinando constantemente, com precisão e segurança, pelo conhecimento exacto da produção nacional, da produção estrangeira e da situação dos mercados, o preço natural dos productos.

Para chegar a esse resultado, os seus trabalhos abrangirão, no tocante a este ramo da vida social, a estatística nacional e estrangeira.

§ 1.º Quanto á estatística nacional, esses trabalhos consistirão em:

1.º Demonstrações annuaes das qualidades, quantidades e valores dos generos de produção de cada Estado, organizadas por municipios, com discriminação de suas industrias, agricola, pastoril, textil, fabril e extractiva.

a) Cálculo das médias dessas produções, feito de tres em tres annos e de cinco em cinco, sempre do primeiro anno dos trabalhos da Secção até o ultimo considerado.

b) Comparação dessas produções de um com a dos outros annos e das suas médias respectivas, para se determinar o augmento, ou a diminuição, que tiveram, nas épocas confrontadas, bem como as causas que para isso actuaram.

2.º Demonstrações annuaes das quantidades, qualidades e valores dos generos de produção consumida no proprio Estado productor, e bem assim dos exportados para as praças commerciaes de outros Estados e para os mercados estrangeiros.

a) Cálculo da média dessas demonstrações, feito de tres em tres annos e de cinco em cinco, sempre do primeiro anno dos trabalhos até o ultimo confrontado.

b) Comparação desse consumo e exportação de um com os dos outros annos e suas médias respectivas, para determinar o augmento, ou decrescimento, que tiveram, bem como as causas que para isso actuaram.

c) Esses trabalhos organizar-se-hão mediante os dados fornecidos pelas municipalidades, nos impressos enviados pelas secções de estatística, com a devida antecedencia, para serem respondidos e devolvidos, e os elementos fornecidos pelas directorias de ferro-vias, repartições publicas e associações particulares.

3.º Demonstrações annuaes das quantidades, qualidades e valores dos generos do paiz recebidos do interior, ou entrados nos mercados nacionaes (portos de mar), por onde se fazem as exportações de um para outros Estados e para o estrangeiro, com declaração das suas procedencias, durante o periodo de 1880 a 1890.

a) Cálculo das médias dessas demonstrações, feito de tres em tres annos e de cinco em cinco, incluídos sempre todos os annos desde o primeiro dos trabalhos da Secção até o ultimo dos confrontados.

b) Comparação desses recebimentos ou entradas do generos de uns com os outros annos e das médias respectivas, para se determinar o augmento, ou diminuição, que tiveram, nos periodos comparados, bem como as causas que para tal cooperaram.

c) Serão organizadas annualmente, de 1891 em diante, iguaes demonstrações (3.º) com os respectivos calculos das médias e comparações (a, b), ultimando-se estes trabalhos até o fim de janeiro do anno seguinte.

4.º Pelo conhecimento e analyse das médias das demonstrações e comparações supra-indicadas, assim como das condições climatologicas e variações atmosphericas das respectivas zonas agricolas, se calculará, em cada anno, com a mais rigorosa approximação possivel, a qualidade e quantidade das colheitas do subsequente, bem como as reservas do anno anterior, que sobraem, para se conhecerem as qualidades e quantidades dos generos do paiz exportaveis de uns para outros mercados nacionaes, ou para as praças estrangeiras.

a) No fim de cada anno se determinará se esses calculos foram, ou não, verdadeiros, e quanto se afastaram da realidade.

b) Organizar-se-hão esses trabalhos mediante os dados fornecidos pelas repartições meteorologicas e pelas directorias das estradas de ferro e companhias de navegação, que transportam os generos nacionaes para os mercados exportadores, e todos os outros elementos de informação necessarios, requisitados ás repartições publicas, associações e particulares.

5.º Mappas do movimento diario da quantidade dos generos nacionaes existentes nos mercados nacionaes, que os exportam, com estas especificações: — Existencia (stock) do dia anterior; entradas do interior e dos outros Estados da Republica; somma; sahida para os outros Estados da Republica e para os mercados estrangeiros; somma; existencia (stock) para o dia seguinte, da qual se deduzirá o que se vender durante o dia, e não tiver seguido seu destino para os outros Estados brasileiros e paizes estranhos.

a) Nesses mappas se incluirão os generos nacionaes entrados e existentes nas estações centraes, depositos e trapiches das ferro-vias e companhias de navegação situadas nas mesmas cidades dos mercados que exportam para o estrangeiro.

b) As entradas, saídas e existencias (stock), que passarem de um para outro dia, comparar-se-hão com as do dia anterior, para se demonstrar, nos respectivos mappas de movimento, o augmento, ou diminuição, que tiverem.

c) Organizar-se-hão mappas de movimento analogos (5) por semana, quinzena, mez, trimestre, semestre e anno, com as respectivas comparações (b).

d) Organizar-se-hão outrosim mappas diarios do movimento dos generos do paiz existentes, no interior, nas estações das estradas de ferro, nos trapiches, nos depositos das companhias de transporte, promptos a seguir, ou já em viagem para os mercados nacionaes exportadores.

e) Os encarregados dessas estações, estradas, trapiches e depositos darão diariamente conhecimento telegraphico á Secção de Estatística Commercial das quantidades e qualidades dos principaes generos nacionaes ali existentes até ás 4 horas da tarde de cada dia.

f) Taes trabalhos serão devidamente methodizados e organizados com os dados obtidos das repartições publicas, estradas de ferro, companhias de transporte, corretores e negociantes.

§ 2.º Quanto á estatística estrangeira, os trabalhos das secções de estatística commercial comprehenderão:

1.º Demonstrações do consumo estrangeiro, por paizes, dos generos identicos ou similares aos de exportação nacional, discriminando-se, nesse consumo, a contribuição do Brazil e a das outras nações productoras.

a) Calculos triennaes e quinquennaes das médias correspondentes a essas demonstrações, tambem do primeiro anno dos trabalhos até o ultimo considerado.

b) Comparação desse consumo entre cada um e os demais annos, e bem assim das médias respectivas, si-

xando-se o augmento, ou diminuição occorridos e suas causas.

7.º Demonstrações annuaes, por paizes, da produção dos generos similares aos principaes da exportação do Brazil.

a) Calculo das médias conforme o estabelecido para as outras demonstraões.

b) Comparação dessas produções, no estrangeiro, de uns para outros annos, e das médias respectivas, determinando-se o augmento, ou diminuição que tiveram, bom como as causas que para isso concorreram.

8.º Mappas do movimento mensal da quantidade dos generos iguaes aos da produção do Brazil, existentes nos mercados estrangeiros, com as seguintes declarações:

Existencia (stock) restante dos mezes anteriores; entradas dos outros paizes; sahidas para os outros paizes e para o consumo; somma; existencia (stock) para o mez seguinte.

a) Essas entradas, sahidas e existencia que passam de um para outro mez, comparar-se-hão com as dos mezes anteriores, para se demonstrar o augmento, ou decrescimento verificado.

b) Diariamente se determinarão as existencias (stock), nos mercados estrangeiros, dos generos iguaes aos de produção nacional, com os valores de suas cotações, á vista dos telegrammas que desses mercados se receberem.

9.º Estes trabalhos de estatistica estrangeira organizar-se-hão á vista dos dados, informações, trabalhos e telegrammas, ministrados, ou promovidos, pelos consules do Brazil e por outros agentes, autorizados, estabelecidos, ou convidados para isso pelo governo.

Art. 3.º A's secções de estatistica commercial compete, outrossim, estudar, em monographias mensaes, semestraes e annuaes, escriptas e graphicas, as alterações do cambio, analysando-lhes as causas.

PESSOAL

Art. 4.º As Secções de Estatistica Commercial compõem-se de um conselho administrativo e uma secretaria.

§ 1.º O conselho administrativo consta de um director, que será o presidente da respectiva Associação Commercial, e seis membros, nomeados pelo ministerio da fazenda dentre os negociantes de mais competencia nas especialidades principaes do nosso commercio importador e exportador.

Esses cargos são gratuitos.

§ 2.º Ao conselho administrasivo incumbe:

a) Dirigir e fiscalizar os trabalhos da Secção.

b) Propor ao governo as medidas convenientes ao desenvolvimento destas instituições, e as reformas que vierem á organização do seu regimen.

c) Elaborar o codigo telegraphico, a que se refere o art. 6º.

d) Adoptar em geral todas as providencias uteis á fecundidade deste serviço.

e) Propor a suspensão e demissão dos empregados da Secretaria, que mal servirem.

§ 3.º A secretaria, que funcionará sob as ordens immediatas do director, comprehende:

a) Um chefe, ao qual toca especialmente, além da direcção geral dos trabalhos na sua repartição, o serviço das traducções e communicações com o estrangeiro.

b) Um a dous amanuenses e um continuo.

§ 4.º Para occupar o cargo de chefe, que deve ser pessoa versada em estatistica, é indispensavel, outro-

sim, conhecimento familiar das linguas franceza, ingleza allemã e italiana, assim como o dos dous primeiros idiomas para os logares de amanuense.

§ 5.º Esses cargos serão providos pelo ministerio da fazenda, ouvindo, se convier, o conselho administrativo da respectiva Secção, ou mandando proceder a concurso, cujas provas serão especialmente praticas no tocante ao conhecimento das linguas estrangeiras.

§ 6.º Os vencimentos dos empregados da Secretaria regulam-se pela tabella annexa a este decreto.

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 5.º Os corretores de mercadorias são obrigados, pena de perda dos cargos, a ministrar quotidianamente ás Secções de Estatistica nota completa dos contractos de compra e venda dos generos, que houverem celebrado no decurso do dia, com declaração exacta dos respectivos preços.

Art. 6.º Para as communicações telegraphicas, a que se refere este decreto, art. 2º, adoptará o governo um codigo de palavras convencionaes, e entrará em accordo com as companhias de telegraphos para redução das taxas desses telegrammas.

Art. 7.º Os trabalhos das secções de estatistica commercial serão publicados regularmente nas folhas officiaes dos Estados e nos jornaes de maior circulação, affixando-se, ainda, os seus boletins, mappas e noticias avulsas nos edificios das praças do commereio, para terem a maior circulação possivel.

Art. 8.º O governo adoptará as mais promptas e efficazes medidas, para que as Secções de Estatistica, por si e por seus representantes, recebam, e obtenham, com presteza e regularidade, do nosso corpo diplomatico e consular, bem como das repartições publicas, associações, emprezas e autoridades, todas as informações e elementos convenientes á perfeição deste serviço.

Compete ao director da Secção requisitar directamente esses dados a essas corporações, associações e auctoridades.

Art. 9.º Os trabalhos das Secções de Estatistica Commercial concentrar-se-hão no Ministerio da Fazenda, que procederá á sua analyse, e extrahir-lhes-ha os resultados geraes, estudando-os, e apurando-os em monographias methodicas, frequentes e adequadas ás exigencias praticas do commercio e da agricultura.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, 22 de fevereiro de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA

Ruy Barbosa.

TABELLA DOS VENCIMENTOS DOS EMPREGADOS NAS SECÇÕES DE ESTATISTICA COMMERCIAL

Capital Federal, Santos, Bahia, Recife, Belém e Porto Alegre

	Ordenado	Gratificação	Total
Secretario da estatistica	3:600\$000	2:400\$000	6:000\$000
Amanuense.....	1:440\$000	960\$000	2:400\$000
Continuo.....	720\$000	280\$000	1:000\$000

Nos outros estados os vencimentos serão tres quintos destes.

Capital Federal, 22 de fevereiro de 1890.—Ruy Barbosa.

DECRETO N. 181 — DE 24 DE JANEIRO DE 1890

Promulga a lei sobre o casamento civil

O marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, tendo ouvido o Conselho de Ministros, resolve decretar a lei seguinte :

CAPITULO I

DAS FORMALIDADES PRELIMINARES DO CASAMENTO

Art. 1º. As pessoas, que pretenderem casar-se, devem habilitar-se perante o official do registro civil, exhibindo os seguintes documentos em forma, que lhes dê fé publica:

§ 1º. A certidão da idade de cada um dos contrahentes, ou prova que a suppra.

§ 2º. A declaração do estado e da residencia de cada um delles, assim como a do estado e residencia de seus pais, ou do lugar em que morreram, si forem fallecidos, ou a declaração do motivo por que não são conhecidos os mesmos pais, ou o seu estado e residencia, ou o lugar do seu fallecimento.

§ 3º. A autorização das pessoas, de cujo consentimento dependem os contrahentes para casar-se, si forem menores ou interdctos.

§ 4º. A declaração de duas testemunhas maiores, parentes ou estranhos, que atestem conhecer ambos os contrahentes, e que não são parentes em grão prohibido nem tem outro impedimento conhecido, que os iniba de casar-se um com o outro.

§ 5º. A certidão de obito do conjuge fallecido, ou da anulação do anterior casamento, si algum dos nubentes o houver contrahido.

Art. 2º. A vista dos documentos exigidos no artigo antecedente, exhibidos pelos contrahentes, ou por seus procuradores, ou representantes legais, o official do registro redigirá um acto resumido em forma de edital, que será por elle publicado duas vezes, com o intervallo de sete dias de uma a outra e affixado em lugar ostensivo no edificio da repartição do registro, desde a primeira publicação até o quinto dia depois da segunda.

Art. 3º. Si, decorrido este prazo, não tiver apparecido quem se opponha ao casamento dos contrahentes e não lhe constar algum dos impedimentos que elle pôde declarar *ex-officio*, o official do registro certificará ás partes que estão habilitadas para casar-se dentro dos dous mezes seguintes áquelle prazo.

Art. 4º. Si os contrahentes residirem em diversas circumscripções do registro civil, uma cópia do edital será remetida ao official do outro districto, que deverá publical-a e affixal-a na forma do art. 2º, e, findo o prazo, certificar si foi ou não posto impedimento.

Art. 5º. Si algum dos contrahentes houver residido a môr parte do ultimo anno em outro Estado, deverá provar que sahio delle sem impedimento para casar-se ou, si tinha impedimento, que este já cessou.

Art. 6º. Os editaes dos proclamas serão registrados no cartorio do official, que os tiver publicado e que deverá dir certidão delles a quem lh'a pedir.

CAPITULO II

DOS IMPEDIMENTOS DO CASAMENTO

Art. 7º. São prohibidos de casar-se :

§ 1º. Os ascendentes com os descendentes, por parentesco legitimo, civil ou natural ou por affinidade, e os parentes collateraes, paternos ou maternos, dentro do segundo grão civil.

A affinidade illicita só se pôde provar por confissão espontanea nos termos do artigo seguinte, e a filiação natural paterna tambem pôde provar-se ou por confissão espontanea, ou pelo reconhecimento do filho, feito em escriptura de notas, ou no acto do nascimento, ou em outro documento authenticico, offerrecido pelo pai.

§ 2º. As pessoas que estiverem ligadas por outro casamento, ainda não dissolvido.

§ 3º. O conjuge adultero com o seu co-réo condemnado como tal.

§ 4º. O conjuge condemnado como autor, ou cúmplice de homicidio, ou tentativa de homicidio contra o seu consorte, com a pessoa, que tenha perpetrado o crime ou directamente concorrido para elle.

§ 5º. As pessoas que, por qualquer motivo, se acharem coactas, ou não forem capazes de dar o seu consentimento, ou não puderem manifestal-o por palavras, ou por escripto de modo inequivoco.

§ 6º. O raptor com a raptada, emquanto esta não estiver em lugar seguro e fóra do poder do le.

§ 7º. As pessoas que estiverem sob o poder, ou sob a administração de outrem, emquanto não obtiverem o consentimento, ou o supprimento do consentimento daquellas, sob cujo poder, ou administração estiverem.

§ 8º. As mulheres menores de 14 annos e os homens menores de 16.

§ 9º. O viuvo ou a viuva, que tem filho do conjuge fallecido, emquanto não fizer inventario dos bens do casal.

§ 10. A mulher viuva, ou separada do marido por nullidade ou anulação do casamento, até 10 mezes depois da viuvez ou separação judicial dos corpos, salvo si depois desta, ou daquella, e antes do referido prazo, tiver algum filho.

§ 11. O tutor ou o curador e seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados, ou sobrinhos com a pessoa tutelada, ou curatelada, emquanto não cessar a tutela, ou curadoria, e não estiverem saldadas as respectivas contas, salvo permissão deixada em testamento, ou outro instrumento publico, pelo fallecido pai ou mãe do menor tutelado, ou curatelado.

§ 12. O juiz, ou o escrivão e seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados, ou sobrinhos, com orphão ou viuva da circumscripção territorial, onde um ou outro tiver exercicio, salvo licença especial do presidente da Relação do respectivo districto.

Art. 8º. A confissão, de que trata o § 1º do artigo antecedente, só poderá ser feita por algum ascendente da pessoa impedida e, quando elle não quizer dar-lhe outro effeito, poderá fazel-o em segredo de justiça, por termo lavrado pelo official do registro perante duas testemunhas e em presença do juiz, que no caso de recurso procederá de accordo com o § 5º da lei de 6 de outubro de 1784, na parte que lhe fór applicavel.

Parapho unico. O parentesco civil prova-se pela carta de adopção, e o legitimo, quando não for notorio ou confessado, pelo acto do nascimento dos contrahentes, ou pelo do casamento dos seus ascendentes.

CAPITULO III

DAS PESSOAS QUE PODEM OPOR IMPEDIMENTOS, DO TEMPO E DO MODO DE OPOR-OS, E DOS MEIOS DE SOLVEL-OS

Art. 9º. Cada um dos impedimentos dos §§ 1º a 8º do art. 7º pôde ser opposto *ex-officio* pelo official do registro civil, ou pela auctoridade que presidir ao casamento, ou por qualquer pessoa, que o declarar sobre sua assignatura, devidamente reconhecida, com as provas do facto, que allegar, ou indicação precisa do lugar onde existam, ou a nomeação de duas testemunhas, residentes no lugar, que o saibam de sciencia propria.

Art. 10. Si o impedimento for opposto *ex-officio*, o official do registro dará aos nubentes, ou aos seus procuradores uma declaração do motivo e das provas do mesmo impedimento, escripta e assignada por elle.

Art. 11. Si o impedimento for opposto por outras pessoas, o official dará aos nubentes ou aos seus procuradores uma declaração do motivo, dos nomes e das residencias do impediende e das suas testemunhas, e conhecimento de quaesquer outras provas offerrecidas.

Art. 12. Os impedimentos dos §§ 1º a 6º podem ser oppostos pela autoridade que presidir ao casamento no proprio acto da celebração d'elle.

Art. 13. No mesmo acto, antes de proferida a fórmula do casamento pelos contrahentes, a mesma autoridade pôde receber qualquer impedimento legal, cumpridamente provado e opposto por pessoa competente.

Art. 14. O impedimento do § 7º tambem poderá ser opposto pela pessoa de cujo consentimento depender um dos contrahentes, ainda que ella tenha anteriormente consentido, mas o seu consentimento pôde ser supprido na forma da legislação anterior.

Art. 15. Os outros impedimentos só poderão ser oppostos pelos ascendentes, ou descendentes, pelos parentes ou affins dentro do segundo grão civil de um dos contrahentes.

Art. 16. Exceptuados os impedimentos, cuja prova especial estiver declarada nesta lei, todos os mais serão provados na forma do processo civil.

Art. 17. A menor de 14 annos ou o menor de 16 só poderá casar-se para evitar a imposição, ou o cumprimento de pena criminal, e o juiz de orphãos poderá ordenar a separação dos corpos, emquanto o nubente menor não completar a idade exigida para o casamento, conforme o respectivo sexo.

Parapho unico. A prova da necessidade de evitar a imposição de pena criminal deve ser a confissão do crime, feita por um dos contrahentes em segredo de justiça, na forma do art. 8º, mas ouvida a outra parte, ou não sendo possivel, os seus representantes legitimos.

Art. 18º. O maior de 16 annos ou a maior de 14, menores de 21 annos, são obrigados a obter antes do casamento o consentimento de ambos os pais, si forem casados, ou, no caso de divergencia entre elles, ao menos o do pai. Si, porém, elles não forem casados, e o contrahente não tiver sido reconhecido pelo pai, na forma do § 1º do art. 8º, bastará o consentimento da mãe.

Art. 19. Em qualquer dos casos de impedimento legal opportunamente opposto por pessoa competente, o official entregará a declaração dos arts. 10 ou 11 aos contrahentes, ou aos seus procuradores, que poderão promover no fóro commum a prova contraria á do impediende, á revelia deste, si não for encontrado na residencia indicada na mesma declaração, assim como a sua responsabilidade criminal, si houver lugar para ella, e a civil pelos damnos, que tiverem soffrido resultantes da opposição.

Art. 20. Os pais, tutores ou curadores dos menores, ou interdctos poderão exigir do noivo ou da noiva de seu filho, pupillo, ou curatelado, antes de consentir no casamento, certidão de vaccina e examo medico, atestando que não tem lesão, que ponha em perigo proximo a sua vida, nem soffro molestia incuravel, ou transmissivel por contagio, ou herança.

Art. 21. As mesmas pessoas também poderão exigir do noivo da filha, pupilla, ou curatelada:

§ 1º. Folha corrida no seu domicilio actual e naquelle, em que tiver passado a mór parte dos ultimos dous annos, si mudou-se dello depois de pubere.

§ 2º. Certidão de isenção de serviço publico, que o sujeito a domicilio necessario incerto e por tempo indeterminado.

No caso, porém, deste § 2º, é permittido o recurso de supprimento do consentimento das pessoas, que podem recusar-o.

Art. 22. A autoridade que presidir ao casamento, pôte dispensar a publicação de novos proclamas, si a prescripção dos primeiros, nos termos do art. 3º, si houver consummado dentro dos ultimos doze mezes.

CAPITULO IV

DA CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO

Art. 23. Habilitados os contrahentes e com a certidão do art. 3º pedirão a autoridade, que tiver de presidir ao casamento, a designação do dia, hora e lugar da celebração do mesmo.

Art. 24. Na falta de designação de outro lugar, o casamento se fará na casa das audiencias, durante o dia e a portas abertas, na presença, pelo menos, de duas testemunhas, que podem ser parentes dos contrahentes, ou em outra casa publica ou partiellar, a aprazimento das partes, si uma dellas não puder sahir da sua, ou não parecer inconveniente áquella autoridade a designação do lugar desejado pelos contrahentes.

Art. 25. Quando o casamento for feito em casa particular, esta deverá conservar as portas abertas, durante o acto, e as testemunhas serão tres ou quatro, si um ou ambos os contrahentes não souberem escrever.

Art. 26. No dia, hora e lugar designados, presentes as partes, as testemunhas e o official do registro civil, o presidente do acto lerá em voz clara e intelligivel o art. 7º e depois de perguntar a cada um dos contrahentes, começando da mulher, si não tem algum dos impedimentos do mesmo artigo, si quer casar-se com o outro por sua livre e espontanea vontade, e ter de ambos resposta affirmativa, convidal-os-lha a repetirem na mesma ordem, e cada um de per si, a fórmula legal do casamento.

Art. 27. A formula é a seguinte para a mulher: « Eu F. recebo a vós F. por meu legitimo marido, enquanto vivermos. » E para o homem: « Eu F. recebo a vós F. por minha legitima mulher, enquanto vivermos. »

Art. 28. Repetida a fórmula pelo segundo contrahente, o presidente dirá de pé: « E eu F., como juiz (tal ou tal), vos reconheço e declaro legitimamente casados, desde este momento. »

Art. 29. Em seguida o official do registro lançará no respectivo livro o acto do casamento nos termos seguintes, com as modificações que o caso exigir: « Aos de de ás horas da

em casa das audiencias do juiz (ou onde for), presentes o mesmo juiz commigo official effectivo (ou *ad hoc*) e as testemunhas F. e F. (tantas quantas forem exigidas conforme o caso) receberam-se em matrimonio F (exposto, filho de F., ou de F. e F. si for legitimo ou reconhecido) com annos de idade, natural de residente em e F (com as mesmas declarações, conforme a filiação) com annos de idade, natural de residente em os quaes no mesmo acto declararam (si este caso se der) que tinham tido antes do casamento os seguintes filhos: F. com annos de idade, F. com annos de idade, etc. (ou um filho ou filha de nome F. com annos de idade) e que são parentes (si o forem) no 3º grão (ou no 4º grão duplicado) da linha collateral. Em firmeza do que eu F. lavrei este acto, que vai por todos assignado (ou pelas testemunhas F. e F. a rogo dos contrahentes, que não sabem ler nem escrever.)

Paragrapho unico. Nesse acto as datas e os numeros serão escriptos por extenso e as testemunhas declararão ao assignar-se a idade e profissão e a residencia, cada uma de per si.

Art. 30. Si um dos contrahentes tiver manifestado o seu consentimento por escripto, o termo também mencionará esta circumstancia e a razão della.

Art. 31. Também se mencionará nesse termo o regimen do casamento, com declaração da data e do cartorio, em cujas notas foi passada a escriptura antonupcial, quando o regimen não for o commum, ou o legal estabelecido nesta lei para certos conjuges.

Art. 32. Si no acto do casamento algum dos contrahentes recusar repetir a fórmula legal, ou declarar que não se casa por sua vontade espontanea, ou que está arrependido, o presidente do acto suspendel-o-ha immediatamente, e não admitirá retractação naquelle dia.

Art. 33. Si o contrahente recusante, ou arrependido for mulher e menor de 21 annos, não será recebida a casar com o outro contrahente, sem que este prove que ella está depositada em lugar seguro e fóra da companhia da pessoa, sob cujo poder ou administração se achava na data da recusa ou arrependimento.

Art. 34. No caso de molestia grave de um dos contrahentes, o presidente do acto será obrigado a ir assistil-o em casa do impedido, e mesmo á noite, contanto que, neste caso, além das duas testemunhas exigidas no art. 24 assistam mais duas que saibam ler e escrever e sejam maiores de 18 annos.

Art. 35. No referido caso a falta, ou o impedimento da autoridade competente para presidir ao casamento será supprida por qualquer dos seus substitutos legais, e a do official do registro civil por outro *ad-hoc*, nomeado pelo presidente, e o termo avulso lavrado por aquelle será lançado no livro competente no prazo mais breve possivel.

Art. 36. Quando algum dos contrahentes estiver em imminente risco de vida, ou for obrigado a ausentar-se precipitadamente em serviço publico, obrigatorio e notorio, o official do registro, precedendo despacho do presidente, poderá, á vista dos documentos exigidos no art. 1º e independente dos proclamas, dar a certidão de que trata o art. 3º.

Art. 37. No primeiro dos casos do artigo antecedente, si os contrahentes não puderem obter a presença da autoridade competente para presidir ao casamento, nem de algum dos seus substitutos, poderão celebrar o seu em presença do seis testemunhas, maiores de 18 annos, que não sejam parentes em grão prohibido do enfermo, ou que não o sejam mais dello do que do outro contrahente.

Art. 38. Essas testemunhas, dentro de 48 horas depois do acto, deverão ir apresentar-se á autoridade judiciaria mais proxima para pedir-lhe que faça tomar por termo as suas declarações.

Art. 39. Estas declarações devem afirmar:
§ 1º. Que as testemunhas foram convocadas da parte do enfermo.

§ 2º. Que este parecia em perigo de vida, mas em seu juizo.

§ 3º. Que tinha filho do outro contrahente, ou vivia concubinado com elle, ou que o homem havia raptado, ou dello-rado a mulher.

§ 4º. Que na presença dellas repetiram os dous as fórmulas do casamento, cada qual por sua vez.

Art. 40. Autoado o pedido e tomados os depoimentos, o juiz procederá ás diligencias necessarias para verificar si os contrahentes podiam ter-se habilitado nos termos do art. 1º para casar-se na forma ordinaria, ouvindo os interessados pró e contra, que lhe roquererem, dentro de 15 dias.

Art. 41. Terminadas as diligencias e verificada a idoneidade dos contrahentes para casar-se um com o outro, assim o decidirá, si for magistrado, ou remetterá ao juiz competente para decidir, e das decisões deste poderão as partes aggravar da petição ou instrumento.

Art. 42. Si da decisão não houver recurso, ou logo que ella passe em julgado, apesar dos recursos que lhe forem oppostos, o juiz mandará registrar a sua decisão no livro do registro dos casamentos.

Art. 43. Este registro fará retroalhir os effectos do casamento, em relação ao estado dos conjuges á data da celebração, e em relação aos filhos communs á data do nascimento, si nascerem viáveis.

Paragrapho unico. São dispensadas as formalidades dos arts. 38 a 42, si o enfermo convallescer e puder ratificar o casamento em presença do juiz e do official do registro civil.

Art. 44. Em caso urgente e de força maior, em que um dos contrahentes não possa transportar-se ao lugar da residencia do outro, nem demorar o casamento, poderá o noivo impedido fazer-se representar no acto por um procurador bastante e especial para receber em seu nome o outro contrahente, cuja designação certa deverá ser feita no instrumento da procuração.

Art. 45. O estrangeiro, residente fóra do Brazil, não poderá casar-se nelle com brasileira por procuração, sem provar que a sua lei nacional admitta a validade do casamento feito por este meio.

Art. 46. Quando os contrahentes forem parentes dentro do 3º grão civil, ou do 4º grão duplicado, o seu parentesco será declarado no registro de que trata o art. 29, e nos attestados das testemunhas, a que se refere o § 4º do art. 1º.

CAPITULO V

DO CASAMENTO DOS BRAZILEIROS NO ESTRANGEIRO E DOS ESTRANGEIROS NO BRAZIL

Art. 47. O casamento dos brasileiros no estrangeiro deve ser feito de accordo com as disposições seguintes:

§ 1º. Si ambos ou um só dos contrahentes é brasileiro, o casamento pôde ser feito na forma usada no paiz onde for celebrado.

§ 2º. Si ambos os contrahentes forem brasileiros, podem também casar-se, na forma da lei nacional, perante o agente diplomatico, ou consular do Brazil.

§ 3º. Os casamentos de que trata o paragrapho antecedente estão sujeitos ás formalidades e aos impedimentos previstos nesta lei, os quaes serão devolvidos ao conhecimento do poder judicial do Brazil, e só depois de solvidos por elle se considerarão levantados onde foram oppostos.

§ 4º. Os mesmos casamentos devem ser registrados no Brazil á vista dos documentos de que trata o art. 1º, tres mezes depois de celebrados, ou um mez depois que os conjuges ou, ao menos, um delles voltar ao paiz.

Art. 48. As disposições desta lei relativas ás causas de impedimento e ás formalidades preliminares são applicaveis aos casamentos de estrangeiros celebrados no Brazil.

CAPITULO VI

DAS PROVAS DO CASAMENTO

Art. 49. A celebração do casamento contrahido no Brazil, depois do estabelecimento do registro civil, deve ser provada por certidão extrahida do mesmo registro; mas, provando-se a perda deste, é admissivel qualquer outra especie de prova.

Art. 50. Os casamentos contrahidos antes do estabelecimento daquelle registro devem ser provados por certidão extrahida dos livros parochiaes respectivos, ou na falta destes, por qualquer outra especie de prova.

Art. 51. Ninguém pôde, porém, contestar o casamento de pessoas fallecidas na posse desse estado, em prejuizo dos filhos das mesmas pessoas, salvo provando, por certidão extrahida do registro civil ou dos livros parochiaes, que alguma dellas era casada com outra pessoa.

Art. 52. O casamento contrahido em paiz estrangeiro poderá provar-se por qualquer dos meios legaes, admittidos no mesmo paiz, salvo o caso do § 2º do art. 47, no qual a prova deverá ser feita na forma do § 4º do mesmo artigo.

Art. 53. Quando for contestada a existencia do casamento, o forem contradictorias e equivalentes as provas exhibidas de parte a parte, a duvida será resolvida em favor do mesmo casamento, si os conjuges questionados tiverem vivido, ou viverem na posse desse estado.

Art. 54. Quando houver indicios de que, por culpa ou fraude do official, o acto do casamento deixou de ser inscripto no livro do registro, os conjuges poderão provar-lo pelos meios subsidiarios admittidos para supprir a falta do registro dos actos do estado civil.

Art. 55. Quando a prova da celebração legal de um casamento resultar de um processo judicial, a inscripção do julgado no respectivo registro produzirá, quer a respeito dos conjuges, quer dos filhos, todos os effeitos civis, desde a data da celebração do mesmo casamento.

CAPITULO VII

DOS EFEITOS DO CASAMENTO

Art. 56. São effeitos do casamento :

§ 1º. Constituir familia legitima e legitimar os filhos anteriormente havidos de um dos contrahentes com o outro, salvo si um destes ao tempo do nascimento, ou da concepção dos mesmos filhos, estiver casado com outra pessoa.

§ 2º. Investir o marido da representação legal da familia e da administração dos bens communs, e daquelles que, por contracto ante-nupcial, devam ser administrados por elle.

§ 3º. Investir o marido do direito de fixar o domicilio da familia, de autorizar a profissão da mulher e dirigir a educação dos filhos.

§ 4º. Conferir á mulher o direito de usar do nome da familia do marido e gozar das suas honras e direitos, que pela legislação brazileira se possam communicar a ella.

§ 5º. Obrigar o marido a sustentar e defender a mulher e os filhos.

§ 6º. Determinar os direitos e deveres reciprocos, na forma da legislação civil, entre o marido e a mulher e entre elles e os filhos.

Art. 57. Na falta do contracto ante-nupcial, os bens dos conjuges são presumidos communs, desde o dia seguinte ao do casamento, salvo si provar-se que o matrimonio não foi consumado entre elles.

Paragrapho unico. Esta prova não será admissivel quando tiverem filhos anteriores ao casamento, ou forem concubinaes antes dello, ou este houver sido precedido de rapto.

Art. 58. Tambem não haverá communhão de bens :

§ 1º. Si a mulher fór menor de 14 annos, ou maior de 50.

§ 2º. Si o marido fór menor de 16, ou maior de 60.

§ 3º. Si os conjuges forem parentes dentro do 3º grau civil ou do 4º duplicado.

§ 4º. Si o casamento fór contrahido com infracção do § 11 ou do § 12 do art. 7º, ainda que neste caso tenha precedido licença do presidente da Relação do respectivo districto.

Art. 59. Em cada um dos casos dos §§ do artigo antecedente, todos os bens da mulher, presentes e futuros, serão considerados dotaes, e como taes garantidos na forma do direito civil.

Art. 60. A faculdade conferida pela segunda parte do artigo 27 do codigo commercial á mulher casada para hypothecar ou alhear o seu dote é restricta ás que, antes do casamento, já eram commerciantes.

CAPITULO VIII

DO CASAMENTO NULLO E DO ANNULLAVEL

Art. 61. É nullo e não produz effeito em relação aos contrahentes, nem em relação aos filhos, o casamento feito com infracção de qualquer dos §§ 1º a 4º do art. 7º.

Art. 62. A declaração dessa nullidade pôde ser pedida por qualquer pessoa, que tenha interesse nella, ou *ex-officio* pelo órgão do ministerio publico.

Art. 63. É annullavel o casamento contrahido com infracção de qualquer dos §§ 5º a 8º do art. 7º.

A annullação do casamento, por coacção de um dos conjuges, só pôde ser pedida pelo coacto dentro dos seis mezes seguintes á data em que tiver cessado o seu estado de coacção.

Art. 65. A annullação do casamento, feito por pessoa incapaz de consentir, só pôde ser promovida por ella mesma, quando se tornar capaz, ou por seus representantes legaes nos seis mezes seguintes ao casamento, ou pelos seus herdeiros dentro de igual prazo, depois de sua morte, si esta se verificar, continuando a incapacidade.

Art. 66. Si a pessoa incapaz tornar-se capaz depois do casamento e ratificá-lo, antes delle ter sido annullado, a sua ratificação retrotrahirá á data do mesmo casamento.

Art. 67. A annullação do casamento feito com infracção do § 7º do art. 7º só pôde ser pedida pelas pessoas que tinham o direito de consentir e não assistiram ao acto, dentro dos tres mezes seguintes á data em que tiverem conhecimento do casamento.

Art. 68. A annullação do casamento da menor de 14 annos ou do menor de 16 annos só pôde ser pedida pelo proprio conjuge menor até seis mezes depois de atingir aquella idade, ou pelos seus representantes legaes, ou pelas pessoas mencionadas no art. 15, observada a ordem em que o são, até seis mezes depois do casamento.

Art. 69. Si a annullação do casamento fór pedida por terceiro, fica salvo aos conjuges ratificá-lo quando atingirem a idade exigida no § 8º do art. 7º, perante o juiz e o official do registro civil, e a ratificação terá effeito retroactivo, salva a disposição do art. 58 §§ 1º e 2º.

Art. 70. A annullação do casamento não obsta á legitimidade do filho concebido na constancia delle.

Art. 71. Tambem será annullavel o casamento quando um dos conjuges houver consentido nelle por erro essencial, em que estivesse a respeito da pessoa do outro.

Art. 72. Considera-se erro essencial sobre a pessoa do outro conjuge :

§ 1º. A ignorancia do seu estado.

§ 2º. A ignorancia de crime inafiançavel e não prescripto, commetido por elle antes do casamento.

§ 3º. A ignorancia de defeito physico irremediavel e anterior, como a impotencia, e qualquer molestia incuravel ou transmissivel por contagio ou herança.

Art. 73. A annullação do casamento, nos casos do artigo antecedente, só pôde ser pedida pelo outro conjuge dentro de dous annos, contados da sua data ou da data desta lei, si for anterior a ella.

Art. 74. A nullidade do casamento não pôde ser pedida *ex-officio*, depois da morte de um dos conjuges.

Art. 75. Quando o casamento nullo ou annullavel tiver sido contrahido de boa fé, produzirá os seus effeitos civis, quer em relação aos conjuges, quer em relação aos filhos, ainda que estes fossem havidos antes do mesmo casamento. Todavia, si só um dos conjuges o tiver contrahido de boa fé, o casamento só produzirá effeito em favor delle e dos filhos.

Art. 76. A declaração da nullidade do casamento será pedida por acção summaria e independente de conciliação.

Art. 77. As causas de nullidade ou annullação do casamento e de divoreio, movidas entre os conjuges, serão precedidas de uma petição do autor, documentada quanto basto para justificar a separação dos conjuges, que o juiz concederá com a possível brevidade.

Art. 78. Concedida a separação, a mulher poderá pedir os alimentos provisionaes, que lhe serão arbitrados, na forma do direito civil, mesmo antes da conciliação.

Art. 79. Quando o casamento fór declarado nullo por culpa de um dos conjuges, este perderá todas as vantagens havidas do outro e ficará, não obstante, obrigado a cumprir as promessas que lhe houver feito no respectivo contracto ante-nupcial.

CAPITULO IX

DO DIVORCIO

Art. 80. A acção do divoreio só compete aos conjuges e extingue-se pela morte de qualquer delles.

Art. 81. Si o conjuge, a quem competir a acção, fór incapaz de exercel-a, poderá ser representado por qualquer dos seus ascendentes, descendentes ou irmãos, e na falta delles pelos parentes mais proximos, observada a ordem em que são mencionados neste artigo.

Art. 82. O pedido de divoreio só pôde fundar-se em algum dos seguintes motivos :

§ 1º. Adulterio.

§ 2º. Sevicia, ou injuria grave.

§ 3º. Abandono voluntario do domicilio conjugal e prolongado por dous annos continuos.

§ 4º. Mutuo consentimento dos conjuges, i forem casados ha mais de dous annos.

Art. 83. O adulterio deixará de ser motivo para o divoreio :

§ 1º. Si o réo fór a mulher e tiver sido violentada pelo adultero.

§ 2º. Si o autor houver concorrido para que o réo o commettesse.

§ 3º. Quando tiver sobrevindo perdão da parte do autor.

Art. 84. Presume-se perdoado o adúltero quando o cônjuge innocente, depois de ter conhecimento d'elle, houver cohabitado com o culpado.

Art. 85. Para obterem o divórcio por mutuo consentimento deverão os cônjuges apresentar-se pessoalmente ao juiz, levando a sua petição escripta por um e assignada por ambos, ou ao seu rogo, si não souberem escrever, e instruída com os seguintes documentos:

§ 1º. A certidão do casamento.

§ 2º. A declaração de todos os seus bens e a partilha que houverem concordado fazer delles.

§ 3º. A declaração do accordo que houverem tomado sobre a posse dos filhos menores, si os tiverem.

§ 4º. A declaração da contribuição, com que cada um delles concorrerá para a criação e educação dos mesmos filhos, ou da pensão alimenticia do marido á mulher, si esta não ficar com bens sufficientes para manter-se.

§ 5º. Traslado da nota do contracto ante-nupcial, si tiver havido.

Art. 86. Recebidos os documentos referidos e ouvidos separadamente os dous cônjuges sobre o motivo do divórcio pelo juiz, este fixar-lhes-ha um prazo nunca menor de 15 dias nem maior de 30 para voltarem a ratificar, ou retractar o seu pedido.

Art. 87. Si, findo este prazo, voltarem ambos a ratificar o pedido, o juiz, depois de fazer autoar a petição com todos os documentos do art. 85, julgará por sentença o accordo, no prazo de duas audiencias, e appellará *ex-officio*. Si ambos os cônjuges retractarem o pedido, o juiz restituir-lhes-ha todas as peças recebidas, e si somente um delles retractar-se, a este entregará as mesmas peças, na presença do outro.

Art. 88. O divórcio não dissolve o vinculo conjugal, mas autoriza a separação indefinida dos corpos e faz cessar o regimen dos bens, como si o casamento fosse dissolvido.

Art. 89. Os cônjuges divorciados podem reconciliar-se em qualquer tempo, mas não restabelecer o regimen dos bens, que, uma vez partilhados, serão administrados e alienados sem dependencia de autorização do marido, ou outorga da mulher.

Art. 90. A sentença do divórcio litigioso mandará entregar os filhos communs e menores ao cônjuge innocente e fixará a quota, em que o culpado deverá concorrer para educação delles, assim como a contribuição do marido para sustentação da mulher, si esta fór innocente e pobre.

Art. 91. O divórcio dos cônjuges, que tiverem filhos communs, não annulla o dote, que continuará sujeito aos onus do casamento, mas passará a ser administrado pela mulher, si ella fór o cônjuge innocente. Si o divórcio fór promovido por mutuo consentimento, a administração do dote será regulada na conformidade das declarações do art. 85.

Art. 92. Si a mulher condemnada na acção do divórcio continuar a usar do nome do marido, poderá ser accusada por este como incurso nas penas dos arts. 301 e 302 do Codigo Criminal.

CAPITULO X

DA DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO

Art. 93. O casamento valido só se dissolve pela morte de um dos cônjuges, e neste caso proceder-se-ha a respeito dos filhos e dos bens do casal na conformidade do direito civil.

Art. 94. Todavia, si o cônjuge fallecido fór o marido, e a mulher não fór binuba, esta lhe succederá nos seus direitos sobre a pessoa e os bens dos filhos menores, emquanto se conservar viuva. Si, porém, fór binuba, ou estiver separada do marido por culpa sua, não será admittida a administrar os bens delles, nem como tutora ou curadora.

CAPITULO XI

DA POSSE DOS FILHOS

Art. 95. Declarado nullo ou annullado o casamento sem culpa de algum dos contrahentes, e havendo filhos communs, a mãe terá o direito á posse das filhas, emquanto forem menores, e á dos filhos até completarem a idade de 6 annos.

Art. 96. Si, porém, tiver havido culpa de um dos contrahentes, só ao outro competirá a posse dos filhos, salvo si o culpado fór a mãe, que, ainda neste caso, poderá conservar-os consigo até a idade de 3 annos, sem distincção de sexo.

Art. 97. No caso de divórcio, observar-se-ha o disposto nos arts. 85 e 90, de accordo com a clausula final do artigo antecedente.

Art. 98. Fica sempre salvo aos pais concordarem particularmente sobre a posse dos filhos, como lhes parecer melhor, em beneficio destes.

CAPITULO XII

DISPOSIÇÕES PENAES

Art. 99. O pai ou a mãe que se casar com infracção do § 9º do art. 7º perderá, em proveito dos filhos, duas terças partes dos bens que lhe devoriam caber no inventario do casal, si o tivesse feito antes do seguinte casamento, e o direito á administração e ao usufructo dos bens dos mesmos filhos.

Art. 100. A mulher, que se casar com infracção do § 4º do mesmo artigo, não poderá fazer testamento, nem communicar com o marido mais de uma terça parte de seus bens presentes e futuros.

Art. 101. O tutor ou o curador, culpado de infracção do § 11 do citado art. 7º, será obrigado a dar ao cônjuge do pupilo ou curatelado quanto baste para igualar os bens daquelle aos dcsse.

Art. 102. Na mesma pena do artigo antecedente incorrerá o juiz, ou o escrivão culpado da infracção do § 12 do mesmo art. 7º, e bem assim na de perder o cargo, com inhabilitação para exercer outro, durante 10 annos.

Art. 103. A lei presume culpado o tutor, o curador, o juiz e o escrivão, nos casos dos §§ 11 e 12 do art. 7º.

Art. 104. O official do registro civil, que publicar proclamas sem autorização de ambos os contrahentes, ou der a certidão do art. 3º sem lhe terem sido apresentados os documentos exigidos pelo art. 1º, ou pendendo impedimento ainda não julgado improcedente, ou deixar de declarar os impedimentos, que lhe forem apresentados, ou que lhe constarem com certeza e puderem ser oppostos por elle *ex-officio*, ficará sujeito á multa de 20\$000 a 200\$000 para a respectiva municipalidade.

Art. 105. Na mesma multa incorrerá o juiz que assistir ao casamento antes de levantados os impedimentos oppostos contra algum dos contrahentes, ou deixar de recebê-los, quando opportunamente offerecidos, nos termos do art. 13, ou de oppol-os, quando lhe constarem, ou deverem ser oppostos *ex-officio*, ou recusar-se a assistir ao casamento sem motivo justificado.

Art. 106. Si o casamento fór declarado nullo, ou annullado, ou deixar de effectuar-se por culpa do juiz, ou do official do registro civil, o culpado perderá o seu logar e ficará, durante 10 annos, inhibido de exercer qualquer outro cargo publico, ainda mesmo gratuito.

Art. 107. As penas comminadas neste capitulo serão applicadas sem prejuizo das que aos respectivos delictos estiverem comminadas no Codigo Criminal e no Decreto n. 9886 de 7 de março de 1888.

CAPITULO XIII

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 108. Esta lei começará a ter execução desde o dia 24 de maio de 1890, e desta data por diante só serão considerados validos os casamentos celebrados no Brazil, si o forem de accordo com as suas disposições.

Paragrapho unico. Fica, em todo caso, salvo aos contrahentes observar, antes ou depois do casamento civil, as formalidades e ceremonias prescriptas para celebração do matrimonio pela religião delles.

Art. 109. Da mesma data por diante todas as causas matrimoniaes ficarão competindo exclusivamente á jurisdicção civil. As pendentes, porém, continuarão o seu curso regular, no fóro ecclesiastico.

Art. 110. Emquanto não forem creados os logares de official privativo do registro civil, e de juiz dos casamentos, as funcções daquelle serão exercidas pelos escrivães de paz na fórma do Decreto n. 9886 de 7 de março de 1888, e as deste pelo respectivo 1º juiz de paz, quanto á presidencia do acto, e quanto ao conhecimento dos impedimentos pelo juiz de direito da comarca respectiva ou pelo juiz especial de orphãos, nas comarcas onde o houver, ou pelo da 1ª vara, onde houver mais de um.

Art. 111. Os impedimentos, a que se refere o art. 47 § 3º, serão decididos pelo juiz do domicilio do impedido, antes de sahir do Brazil, e si elle houver sahido a mais de dous annos, ou não tiver deixado um domicilio notorio, serão decididos pelo juiz de orphãos da Capital do Estado em que ultimamente houver residido.

Art. 112. Ao juiz de direito da comarca, ou ao de orphãos, conforme as distincções estabelecidas no art. 110, compete o conhecimento das causas de nullidade ou annullação de casamento e as de divórcio litigioso, ou por mutuo consentimento.

Art. 113. Para as causas do artigo antecedente não haverá alçada, nem férias forenses, e as de annullação do casamento e do divórcio serão ordinarias.

Art. 114. Nas causas de divórcio, movidas nos termos do art. 81, será sempre ouvido o curador de orphãos.

Art. 115. Nas causas de annullação do casamento, o juiz nomeará um curador especial para defender a validade d'elle, até a appellação inclusive. Esse curador perceberá os mesmos emolumentos e honorarios taxados para os curadores dos orphãos pelos arts. 90 e 91 do Decreto n. 5737 de 2 de setembro de 1874.

Art. 116. As sentenças que decidirem a nullidade ou a annullação do casamento, ou o divórcio, serão averbadas na casa das observações do respectivo registro civil pelo official deste, ou pelo secretario da Camara Municipal, conforme as hypotheses previstas no art. 24 do Decreto n. 9886.

Art. 117. A averbação se fará, nos casos de nullidade ou annullação do casamento, do seguinte modo: « Declarado nullo (ou annullado) por sentença de de do juiz de (escrivão F.) confirmada por accordo de de do Tribunal Appellação n. (escrivão F.) e *mutatis mutandis* para as sentenças de divorcio.

Art. 118. Antes de averbas no registro civil, as referidas sentenças não produzirão effeito contra terceiros.

Art. 119. Quando o casamento fôr impedido, ou o impedimento levantado em virtude de confissão feita nos termos do art. 8º ou do paragraho unico do art. 17, a parte interessada em fazer ou impedir o casamento poderá haver vista della no cartorio, e reclamar perante o juiz, no 1º caso contra o impedimento e no 2º contra o levantamento delle, e sendo indeferido, aggravar de petição na fôrma do § 12 do art. 14 do Decreto n. 143 de 15 de março de 1842.

Art. 120. Nos outros casos de impedimento caberá contra as decisões do juiz o recurso de agravo de petição, ou de instrumento, conforme a distancia do juizo *ad quem*.

Art. 121. O official do registro terá mais um livro, que poderá ser menor que o dos casamentos, mas deverá ser aberto e encerrado como este, para o registro dos editaes dos proclamas, na fôrma do art. 6º.

Art. 122. O juiz de paz perceberá por assistir ao casamento 2\$000, si fôr celebrado na casa das audiencias, e o dôbro, além da condução, si fôr fóra. O official do registro perceberá metade daquelle salario e a mesma condução por inteiro, incluído no seu salario o custo do termo do casamento.

Art. 123. Além daquelle salario, o official do registro perceberá de cada registro dos termos lavrados na conformidade do art. 3º, das sentenças a que se referem os arts. 42 e 55, dos prégões de edital dos proclamas, das certidões de habilitação dos contraentes ou da apresentação do impedimento, e das averbações a que se refere o art. 116, 1\$000 por cada acto.

Art. 124. Os demais actos do juiz de paz, ou do official do registro, relativos ao casamento, que não estiverem taxados no regimento de custas, ou no Decreto n. 9886, serão gratis, e os mesmos dos artigos antecedentes tambem o serão, no caso do art. 40 do referido Decreto.

Art. 125. Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, 24 de janeiro de 1890, 2ª da Republica. — MANOEL DEODORO DA FONSECA. — *M. Ferraz de Campos Salles*. — *Demetrio Nunes Ribeiro*. — *Aristides da Silveira Lobo*. — *Ruy Barbosa*. — *Benjamin Constant Botelho de Magalhães*. — *Eduardo Wandenholk*.

Ministerio da Marinha

Por decreto de 22 do corrente, foi concedido ao 1º tenente da armada Manoel Gonçalves do Valle Guimarães um anno de licença para tratar-se, ficando, na conformidade da 4ª situação do art. 3º da lei n. 108 A, de 30 de dezembro proximo preterito, transferido para a reserva, afim de que, concluído aquelle prazo, possa o governo apreciar o pedido de reforma dirigido pelo mesmo official.

Por outro da mesma data e de conformidade com os arts. 4º da lei n. 646, de 31 de julho de 1852 e 7º do regulamento anexo ao decreto n. 6386, de 30 de setembro de 1876, foi reformado o machinista de 1ª classe, graduado 1º tenente, Delfino Duarte Rodrigues, conforme pediu, no posto em que se acha, percebendo o soldo por inteiro, visto contar mais de 30 annos de serviço e soffrer de molestia chronica e incuravel.

Ministerio da Guerra

Por decreto de 22 do corrente, foi transferido para a 4ª companhia do 22º batalhão de infantaria o capitão ajudante do 31º batalhão da mesma arma José Leoncio de Lima.

DECRETO N. 217 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1890

Determina que a concessão feita pelo decreto n. 9887 de 7 de março de 1889 de garantia de juros de 6% ao anno, sobre o capital de 1.500.000\$000 á Companhia Lavoura, Industria e Colonisação para o estabelecimento de um engenho central na Barra do Pirahy, estado do Rio de Janeiro, passe a ser regida pelas disposições do regulamento approvedo pelo decreto n. 10393 de 9 de outubro de 1889.

O marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio, constituído pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu a Companhia Lavoura, Industria e Colonisação, resolve que a concessão feita pelo decreto n. 9887 de 7 de março de 1889, de garantia de juros de 6% ao anno, sobre o capital de 1.500.000\$ effectivamente empregado pela mesma companhia, para o estabelecimento de um engenho central, destinado ao fabrico de assucar e alcool de canna, na Barra do Pirahy, estado do Rio de Janeiro, passe a ser regida pelas disposições do regulamento approvedo pelo decreto n. 10393 de 9 de outubro de 1889, observadas as clausulas que com este baixam, assignadas por Francisco Glycerio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 24 de fevereiro de 1890, 2ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

Francisco Glycerio.

CLAUSULAS A QUE SE REFERE O DECRETO N. 217 DESTA DATA

I

O prazo para a effectividade da garantia de juros concedida pelo decreto n. 9887 de 7 de março de 1889, decorrerá da data do presente decreto em diante.

II

A companhia fica responsavel perante o governo pela effectividade do fornecimento da materia prima contractada, sendo suspensa a garantia de juros, si, decorridos tres annos, a contar da data do presente decreto, seu trabalho em cada safra não se elevar ao minimo de 15.000 toneladas de canna, salvo caso de força maior a juizo do governo.

III

Nas safras que se liquidarem com *deficit* ou venda liquida inferior á importancia total dos juros garantidos, esta importancia será considerada como lucros da empresa, para os effeitos das obrigações VI e XV do art. 20 do regulamento approvedo pelo decreto n. 10393 de 9 de outubro de 1889.

Capital Federal, 24 de fevereiro de 1890. — Francisco Glycerio.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio do Interior

TERCEIRA DIRECTORIA

Expediente do dia 22 de fevereiro de 1890

Declarou-se ao governador do estado das Alagoas, em resposta ao officio n. 10 de 31 de janeiro findo, que foi approvedo o credito de 2:000\$ que abrija, autorizado por telegramma deste ministerio, afim de occorrer a despezas com o saneamento da capital no intuito de evitar o desenvolvimento de febres; observou-se, porém, que destinando-se o credito da verba—Soccorros publicos—somente a despezas relativas a indigentes acommettidos de molestias epidemicas ou victimas de qualquer calamidade publica, não deve continuar a ser applicado ao saneamento das cidades, villas ou povoações dos estados, cujas despezas quando não pertencam aos cofres destes, competem por sua natureza aos das respectivas municipalidades. — Deu-se conhecimento ao Ministerio da Fazenda.

— Solicitou-se do mesmo ministerio a expedição de ordem para que:

Se paguem á Jeronymo Candido Dias a quantia de 620\$, proveniente de reparos feitos no palacete de residencia do Chefe do Estado;

Si indemnice o porteiro da Directoria Geral de Estatistica Francisco Pereira de Campos Braga da quantia de 79\$700, em que importam as despezas da prompto pagamento por elle feitas durante o mez de janeiro findo;

Seja cunhada na Casa da Moeda, de accordo com a descripção feita no art. 3º do decreto n. 58 de 14 de dezembro ultimo, uma medalha de 2ª class, que deverá ter no reverso a data de 30 de dezembro de 1884 e a era de 1890.

— Commun'cou-se ao Ministerio da Agricultura, em resposta ao seu aviso de 29 do corrente mez, que nesta data expediu-se ordem afim de que ao Dr. Ladslau de Souza Mello Netto, director do Museu Nacional, seja franqueada a visita ao palacio da Boa-Vista. — Expediu-se ordem neste sentido ao superintendente da quinta da Boa-Vista e deu-se conhecimento ao dito director.

— Requisitou-se do governador do estado do Rio de Janeiro as necessarias providencias para que seja remetida a este ministerio uma certidão, extrahida do registro civil, relativa ao obito do subdito belga Ernest Mary, occorrido no hospital maritimo de Santa Izabel em 11 de março do anno passado, afim de poder habilitar-se o Ministerio dos Negocios Estrangeiros a satisfazer á requisição feita pela legação belga nesta capital.

— Recommendou-se ao Dr. Antonio de Paula Freitas, engenheiro das obras deste ministerio, que examine o telhado do edificio da Quinta da Boa Vista e apresente o orçamento dos reparos urgentes que devem ser alli executados, conforme representou o respectivo superintendente.

Dia 24

Solicitou-se do Ministerio da Fazenda a expedição de ordem afim de que o major Manoel Rodrigues de Campos, superintendente da Quinta da Boa Vista, recolha mensalmente ao Thesouro Nacional, conforme pediu,

o producto da renda proveniente dos bens da mesma Quinta a contar de 15 de novembro ultimo em diante; bem assim a quantia de 3:500\$, que ficará em deposito, por se referir à renda produzida desde 1 de outubro do dito anno até à data da proclamação da republica, e pertencer ao ex-imporador.—Deu-se conhecimento ao superintendente da Boa Vista.

Ministerio da Fazenda

Dia 19 de fevereiro de 1890

Communicou-se à thesouraria de fazenda do estado de S. Paulo que, tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso do administrador das capatazias da alfandega de Santos, Ignacio Baptista da Silva Costa, interposto da decisão dessa thesouraria que confirmou a da alfandega que o sujeitou a indemnizar a H. Brugmann do valor das mercadorias contidas na caixa marca BR, n. 2, damnificadas no armazem de que aquelle administrador fôra fiel, e à Fazenda Nacional dos respectivos direitos de consumo; resolveu confirmar a decisão recorrida, quanto à primeira parte, e deferir o recorrente pelo que respecta à segunda, visto que a mercadoria inutilizada na alfandega não foi dada a consumo.

Dia 20

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1890.—Tendo em consideração o vosso officio, n. 2, de 31 do proximo passado, com a cópia do acto desse governo de 29 do dito mez, que garante o juro de 6% sobre o capital de 2.000:000\$ à empreza que tomar a si a construcção dos predios escolares publicos, declaramos que fica approvedo o referido acto, ressalvado o equívoco que existe no art. 7º, visto que a amortização no primeiro anno, sendo de 5% e augmentada de 1% até ao decimo, nesse periodo attinge sómente a 95% do capital, devendo, portanto, ser a amortização no primeiro anno de 5 1/2% que, com o referido augmento de 1%, será até ao decimo anno de 14 1/2%.—Sr. Governador do Estado da Bahia.

—Ordonou-se à thesouraria de fazenda de S. Paulo que recomende ao procurador fiscal que se entenda com a administração municipal da cidade de Santos, no sentido de ser concedida permissão para serem levadas a effeito as obras dos novos armazens da alfandega, segundo o plano apresentado pela comissão que ahí foi para tal fim nomeada; devendo com a maxima urgencia dar conta do que em semelhante assumpto occorrer, para providenciar-se como mais acertado for ao serviço.

—Foi autorizada a thesouraria de fazenda do Ceará para mandar abrir concurso de primeira entrancia, nos termos do decreto n. 10342, de 14 de setembro de 1889.

Cópia do officio dirigido ao Sr. Ministro da Fazenda pelo Sr. Inspector da Alfandega da Capital.

Alfandega do Rio de Janeiro em 24 de fevereiro de 1890.

Exm. Sr. Ministro.—Hoje, às 7 horas da manhã, tive communicação de que um grupo de trabalhadores das capatazias calculado em cerca de 100 homens, promovia desordem no portão da entrada, não permitindo o ingresso dos que procuravam responder à chamada e recebendo os companheiros com vaias e assuações.

Dirigi-me immediatamente à Alfandega e de combinação com o Sr. guarda-mór, que já ahí se achava, providenciei do modo que a desordem não teve consequencias serias e o serviço não soffreu demora ou interrupção.

Foi destacada uma turma de marinheiros para auxiliar o trabalho das capatazias.

Ordenei que fossem considerados despedidos todos os trabalhadores que hoje não

responderam à chamada, podendo no entanto, serem readmittidos aquelles que não tomaram parte no desordem.

Recomendei ao administrador das capatazias que providenciasse de forma a serem admittidos desde já trabalhadores em numero sufficiente para acudir às urgencias do serviço.

Indagando os motivos do descontentamento dos trabalhadores, informaram-me que reclamavam elles contra a hora em que ordenei fossem começados os trabalhos, 7 da manhã.

Ora, dispondo o regulamento que o serviço das capatazias deve começar das 5 às 7 da manhã, vê-se que eu tomei o limite maximo mais favoravel aos trabalhadores.

E, si estes se começavam o trabalho, antes de minha administração às 8 horas, era por abuso que eu não podia tolerar e contra o qual reclamava o commercio prejudicado.

Como já foi resolvido pelo Sr. Ministro, a administração estuda os meios de melhorar a sorte dos trabalhadores das capatazias, augmentando-lhes razoavelmente os salarios e dando-lhes outras vantagens.

Não pôde, porém, ceder deante da desordem que deve ser reprimida com energia necessaria à sustentação da força moral da autoridade, base de todo o merecimento administrativo.

Exm. Sr. Dr. Ruy Barbosa, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional.—O inspector da Alfandega Antonio Joaquim de Souza Botafogo.

Resposta do Ministro da Fazenda

Sr. inspector.—Respondendo ao officio desta data, em que me communica o vosso procedimento no incidente occorrido hoje nessa repartição, cumpro-me louvar-vos pela firmeza das medidas, com que soubestes fazer respeitar a ordem e os regulamentos contra habitos abusivos, a que convém pôr cobro severamente, para que essa administração possa bem servir ao commercio e à arrecadação da renda nacional. A primeira das necessidades do governo republicano consiste em moralisar o principio da autoridade, aprofundar entre os funcionarios o sentimento do dever, e consolidar em todos os serviços a mais séria disciplina. A este respeito cabe à Alfandega da Capital Federal, como a mais importante das nossas repartições fiscaes, ser o mais austero modelo de todas as outras; e, nos esforços que com este fim empregardes, podeis contar sempre com o apoio do governo.—Ruy Barbosa.—Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.

Secretaria do Club Nacional da cidade de Santos, 18 de fevereiro de 1890.

Cidadão—Os relevantes e importantes serviços que acabais de prestar ao estado de S. Paulo e muito especialmente à cidade de Santos tomando providencias promptas no sentido de favorecer e desenvolver o commercio, despertaram immenso jubilo na população santista e provaram de sobejo que o actual governo provisório, de que fazeis parte saliente, se acha disposto a attender aos melhoramentos urgentes que tendem a enriquecer o paiz, dando-lhe vida e prosperidade.

O Club Nacional de Santos, que tem como ponto principal do seu programma, promover a prosperidade e progresso material e moral da cidade de Santos, considera a vossa recente visita a esta cidade, como um dos maiores beneficos que ella tem tido, e conscio de que neste momento interpreta fielmente os sentimentos dos habitantes de Santos, quer nacionaes quer estrangeiros, felicita-vos pelo procedimento nobre que fizestes, procedimento digno de todo o louvor e applauso.

Saude e fraternidade.—Cidadão Dr. Ruy Barbosa, D. Ministro dos Negocios da Fazenda.—Antonio Carlos da Silva, 1º vice-presidente.—Dr. Julio Furtado, 2º vice-presidente.—Jose Xavier Carvalho de Mendonça, 1º secretario.—Constantino Faro, 2º secretario.

Ministerio da Marinha

Foi nomeado para exercer o logar de professor da Escola de Aprendizes Marinheiros do Piahy o cidadão Lindolpho Rodrigues Carneiro.

Expediente do dia 22 de fevereiro de 1890

A' Contadoria, mandando providenciar para que seja abonada a Francisco Serqueira Braga a quantia de 100\$, para pagamento das despesas feitas com o enterro de seu tio o capitão de fragata Manoel Soares Pinto.

—Ao Sr. Gustavo Bittencourt Cotrim, agradecendo o patriótico offerecimento dos seus serviços em defesa da nação, e declarando que serão aproveitados quando se tornem necessario.

—A' directoria da Escola Naval, autorizando a dar baixa ao aspirante de 1ª classe Manoel de Azevedo Segurado.—Communicou-se à Contadoria.

—A' inspecção do arsenal de marinha desta capital, autorizando, na forma do art. 10 do regulamento de 2 de maio de 1874, a nomear interinamente o operario de 1ª classe da officina de martinete Henrique Burgum, para servir como mestre.—Communicou-se à Contadoria.

—A' Contadoria, mandando adiantar, mediante fiança idonea, a importancia de tres mezes de vencimentos, para fazer uniformes, ao carpinteiro da Escola Naval Antonio Fernandes de Oliveira.

—Ao Ministerio da Fazenda, solicitando ordem para que seja habilitada a pagadoria de marinha com a quantia de 500:000\$ necessaria à despeza a fazer-se no mez de Março proximo futuro por conta do corrente exercicio.

—Ao governador do estado do Pará, communicando que o fornecimento de fardamento e calçado à escola de aprendizes marinheiros desse estado seja feita pela Intendencia da Marinha, observando nos pedidos o disposto no aviso n. 381 de 16 de Março de 1886.—Expediu-se nesse sentido aviso à Intendencia.

—A' Intendencia da Marinha:

Autorizando o fornecimento dos livros pedidos pela Capitania do Porto do estado de S. Paulo;

Declarando que será remettido à Intendencia, logo que estiver desenhado, o figurino que tem de servir para o novo fardamento das praças do batalhão naval.

—A' Contadoria, autorizando a fazer additamento nos contractos para fornecimento de oleos à Repartição dos Pharoes no sentido de serem as entregas feitas nos primeiros 15 dias de cada trimestre.

—Ao inspector do Arsenal do Rio de Janeiro, remettendo para serem transmitidos ao director de artilharia, os planos e tabellas relativos aos canhões «de Bange».

—A' Intendencia, mandando readmittir como addido sem vencimento algum, à mesma Intendencia, o cidadão Fabio Gomes Belfort Mattos.

—A' mesma, declarando que foram acceitas as justificações relativas à entrega de 11.143 kilos de bronze velho, feita no arsenal, recommendando-se que se cumpra a lei, para de futuro evitar a repetição de factos antiregulamentares e prejudiciaes ao serviço.

—Ao Sr. ajudante general da armada, approvando a remessa feita ao commandante da escola de aprendizes marinheiros da caderneta da ex-praça de marinheiros nacionaes Apolinario José da Rocha, affirm de ser liquidada o seu producto enviado à pagadoria de marinha.

REQUERIMENTO DESPACHADO

Luiz Magno da Silva Machado—Não tem logar à vista da informação.

Ministerio da Guerra

Expediente do dia 19 de fevereiro de 1890

— Ao Sr. Ministro da Fazenda, rogando a expeditio das precisas ordens afim de que seja paga a *Societe Anonyme du Gas de Rio de Janeiro* a quantia de 40\$300, proveniente de obras que fez na Repartição de Ajulante General em dezembro ultimo, a Soares & Niemeyer a do 20\$100 de objectos de expediente que forneceu á Repartição de Quartel-Mestre General no mesmo mez, á Imprensa Nacional a do 3:07\$360 de trabalhos que fez para diversos estabelecimentos deste ministerio no exercicio de 1889, á Companhia Nacional de Navegação a vapor a do 3:265\$000 e a *The Rio de Janeiro and Northern Railway* a do 28\$000, provenientes de passagens e fretes concedidos no referido exercicio.

— Ao governador do estado do Ceará, concedendo licença a Henrique do Amiral Theberg para no corrente anno se matricular na escola militar do mesmo estado, si houver vaga e satisfazer as exigencias regulamentares.—Communicou-se á Repartição de Ajulante General.

— Ao do estado do Paraná declarando que é fixado em 369 réis o valor da etapa das praças em serviço na colonia militar do Chopim durante o actual semestre.

— Ao commandante da escola militar desta capital declarando que fica este ministerio inteirado do haver, de conformidade com o disposto no art 132 do regulamento de 9 de março do anno passado, mandado desligar do corpo de alumnos José Francisco Netto, Joaquim Ferreira de Oliveira Magioli, Antonio Monteiro Meirelles e Edgard de Mattos Lima e o soldado do 22º batalhão de infantaria Joaquim Barbosa do Castro, que se achava á disposição do mesmo commando.

— A Pagadoria das Tropas declarando que ao capitão do corpo de estado-maior de 2ª classe Francisco Victor da Fonseca e Silva, commandante do Corpo Militar de Policia do estado do Rio de Janeiro, deve ser abonado o soldo de sua patente, a contar de 15 de novembro do anno proximo passado.

Ministerio da Agricultura

Por portaria de 21 do corrente, foi exonerado a seu pedido o engenheiro José Ribeiro da Silva Pirajá do lugar de chefe de secção da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaiana, sendo nomeado na mesma data, em substituição, o engenheiro Antonio Alves da Silva e Sá, com os vencimentos que lhe competirem.

DIRECTORIA DO COMMERCIO

Expediente do dia 22 de fevereiro de 1890

— Declarou-se ao director do Museo Nacional, que fica approvedo o acto do conselho director designando o Dr. Hermillo Bourguy Maceo de Mendonça, para exercer o cargo de secretario, durante o impedimento do effectivo.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

Dia 22 de fevereiro de 1890

— Alfredo Fernandes de Castro Bravo pedindo uma certidão.—Deferido.

— Luiz Jacome de Abreu e Souza, idem.—Idem.

— João Bellesimo pedindo autorização para substituir os documentos que depositou no Archivo Publico, relativos a um privilegio.—Indeferido, ficando livre á parte o direito de requerer o privilegio de accordo com as disposições do regulamento approvedo por decreto n. 8820 de 30 de dezembro de 1882.

— José Herculano de Castro pedindo um privilegio.—Idem, idem.

— Manoel Uebelhart Leugruber e outros pedindo prorrogação do prazo estipulado na

clausula 10ª do contracto que colobriram para collocação de imigrantes nos estados do Rio do Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes e Espirito Santo.—Concedo a prorrogação por seis mezes.

Dia 21

— José Pedro Ribeiro & Comp., o commendador Trajano Augusto Valente, Bastos, Guimarães & Comp., commerciantes da cidade de S. Luiz do Maranhão, pedindo favores para a companhia que pretendem organizar afim de construir-se uma estrada entre a mencionada cidade e a villa de Porto Franco ás margens do Tocantins.—O governo concede permissão para os estudos, ficando expressamente entendido que não toma compromissos sobre outros favores.

NOTICIARIO

Intendencia Municipal — Aditamento á sessão de 21 do corrente:

— A repartição municipal para o serviço domestico, por deliberação adoptada nessa sessão, fica organizada com o seguinte pessoal:

Um official de registro — Alvaro Cardoso Dias, 200\$ mensaes.

Quatro amanuenses: — Paulo Lourenço Dias Chaves, Pedro Herculano da Silva, Francisco Antonio Castelozzi e João Guimarães Moniz, 150\$ mensaes a cada um.

Um continuo — João Eufrosino da Silva, 100\$ mensaes.

— O expediente de 24 do corrente consisto de:

De officios recebidos—Do Dr. engenheiro do 3º districto, de 21 do corrente, informando as contas de José Moreira da Silva.— Conforme o parecer, á intendencia de fazenda.

Do mesmo e da mesma data, idem de Joaquim Ribeiro de Pinho.— Igual despacho.

Do engenheiro do 4º districto, de 22 do corrente, idem de Felippe Nery Pinheiro.— Igual despacho.

Do mesmo e da mesma data, idem de Antonio Homem de Loureiro Siqueira.— Igual despacho.

Do Guimarães Passos & Comp., de 19 do corrente, pedindo o concerto da galeia das aguas pluvias na rua de D. Castorina.— Officio-se á Inspectoria das Obras Publicas.

Do fiscal da freguezia do Sacramento, de 22 do corrente, sobre o estado da guarita da rua de S. Jorge.— Officio-se ao Quartel-General.

Officios expedidos — A capitania do porto, remetendo os requerimentos dos cidadãos João Francisco Soares e do engenheiro Fernando Carvalho de Souza, este em que declara os pontos em que pretende fazer o passeio maritimo e banhos fluctuantes, conforme foi requisitado em officio de 14 do corrente pela mesma capitania, e aquelle pedindo uma cordada para peixe.

— Ao fiscal da freguezia da Gavea, communicando a exoneração do guarda municipal Manoel de Paula Barbosa e substituindo pelo cidadão Januario José Bolina do Rego.

— Idem do 2º districto da freguezia de Campo Grande, communicando ter sido nomeado guarda municipal o cidadão João José Gonçalves.

— Idem do 1º districto da mesma freguezia, communicando a exoneração do guarda municipal Pedro Pires da Fonseca, que é substituido pelo cidadão José da Silva Gomes.

— Idem da freguezia do Engenho Velho, communicando ter ficado sem effeito a nomeação do cidadão Julio Grato Muntz de Senna para guarda municipal e nomeado o cidadão Manoel Alves Ribeiro de Carvalho para o mesmo lugar.

— A Contadoria, communicando essas resoluções e bem assim a de 4 do corrente em referencia á nomeação de empregados da Directoria de Obras.

— Requerimento:— Da Caixa de Credito Commercial, pedindo o pagamento da quantia de 1:423\$180.—Estando em termos as contas de custos, pôde ser paga a quantia pedida á credora cessionaria.

— Da viuva Ramalho Ortigão, licenço para uma olaria á rua Souza Barros; José Moreira da Fonseca e Souza, pedindo transtercencia para o nome da firma José Moreira da Fonseca & Souza a licença de duas carroças; Antonio Gonçalves Ribeiro, para taverna á rua do Barão de S. Felix n. 113; Ernesto Augusto Gomes, para botequim á rua do Senhor dos Passos n. 28.—Deferidos.

— De Paulino Francisco, para mascate de objectos de fumileiro; Domingos Raphael, para vender quitanda pelas ruas; Antonio Pereira dos Santos, idem; Rafael Ritis, idem; Antonio Golenio, para vender doces pelas ruas; Francisco Alves, para vender quitanda pelas ruas.—Nos termos requeridos.

— De Pedro Mendorim, para vender peixe pelas ruas; José Bastos Guimarães, para vender miudezas á rua do General Pedra n. 81; Antonio Rebello Moreira, para vender quitanda pelas ruas; Teixeira Carneiro & Comp., para caldeiro e funileiro á rua do João Alfredo n. 137; Bento José Freitas, para vender peixe pelas ruas.— Sim, em termos.

— De Salvador Volland, para mascate.— Sim, não estacionando.

— Da caixa de credito commercial, pedindo o pagamento de custas na importancia de 3:33\$050.— Examinadas e verificadas as contas de custas transferidas á caixa de credito commercial, pôde ser paga a sua importancia total, constante da presente certidão e comparadas com os documentos que acompanham.

— Da memaa de 3:81\$350.— Estando verificado o direito ás custas transferidas, pôde ser paga a quantia supra á credora cessionaria.

— De D. Maria Eduarda do Amaral Castello Branco, relativamente á desapropriação do predio n. 46 da rua da Prainha.— Indeferido, conforme o parecer do Dr. advogado.

— De José Ferreira de Moura, negocio de generos alimenticios em Jacarepagua; Francisco Gonçalves da Cunha, idem, idem; Belmiro da Silva Brum, taverna em Irajá; João Pastor, alfaiate em Irajá; Albinus Mathews, licença para uma carroça; Teixeira Nunes & Comp., bilhares no largo de S. Rita n. 16; Antonio Pinto Duarte, negocio de liquidos e comestiveis á rua da Gamboa n. 111 e Bernardino Luiz do Oliveira, negocio de chapéus do sol á rua Rodrigo Silva n. 21.—Deferidos.

— De Angelo Raphael, quitanda pelas ruas.— Nos termos pedidos.

— De Caetano Galesio, mascate e Joanna José Marques e outros, idem.— Dese a licença, mas não podendo estacionar.

— De Pascoal Griaco, casa de concertar chapéus de sol á rua do General Pedra n. 101.— Sim, em termos.

— De Justino da Silva Argueria, licença para vender café, bilhetes de loteria, etc. no kiosque á praça da Aclamação n. 48.— Sim, não podendo vender bebidas alcoholicas, nem fermentadas.

— De Antonio Rodrigues Pinto, para obras á rua da Assémbla n. 103; Companhia Progresso Maritimo, idem á rua da Gamboa n. 247.— Concedam-se as licenças, pagos os fóros.

— De Santos & Braga, idem á rua da Saude n. 112 e José Maria Gonçalves, idem á rua da Ajuda n. 103.— Concedam-se as licenças.

— Da Baroneza do Sertorio, idem á rua do Barão do Sertorio.— Conceda-se a licença, obrigando-se a requerente a estabelecer latrinas exteriores.

— De Flora Maria da Costa, idem á rua do Major Avila.— Conceda-se licença, de accordo com o parecer do architecto.

— De Luiz Martins Borges, idem á rua do Dr. Silva Pinto.— Conceda a licença, obrigando-se a levantar o soalho de 0m,60 acima do solo e a estabelecer latrinas exteriores.

— De Antonio Alves Amorim, padaria em Inhaúma e Joaquim José da Costa Soares, idem á rua Aquidaban n. 9.— Concedam-se as

licenças, depositando a caução de 200\$, e obrigando-se a cumprir as indicações do engenheiro do districto.

De Fortunato Cartagnone, propondo-se a estabelecer uma empresa, denominada Expresso Fluminense. — O privilegio que pede o supplicante para, por 25 annos, explorar a sua idéa, não pôde ser concedido, porque não constitue serviço novo ou desconhecido nesta cidade; pôde, porém, ser permitido, si o supplicante satisfizer as condições das posturas municipaes, pagando previamente a licença.

De William Armont, pedindo restituição de uma multa. — Conforme o parecer, à intermediação de justiça.

De José Fernandes Cerdinho, relativamente a terrenos accrescidos de marinha, à rua de Santo Christo dos Milagres. — Não ha que deferir.

De João Alves Affonso, pedindo reconsideração do despacho relativamente ao terreno devoluto à rua Guanabara. — Nada ha que reconsiderar. Apresente-se o supplicante como concorrente, si assim lhe parecer conveniente.

Do mesmo, pedindo um terreno devoluto à rua Bernardo de Vasconcellos. — Deve-se chamar concorrência.

Conselho Supremo Militar de Justiça.— Sessão em 22 de fevereiro de 1890.— Achando-se presentes os Srs. Marquez da Gavra, Visconde de Beaurepaire Rohan, El'seio, Barão de Miranda Re's e ministros adjuntos: desembargadores Carneiro de Campos, Pindahyba de Mattos e Trigo de Lour'al, foi aberta a sessão, e relatados os processos seguintes:

Desembargador Carneiro de Campos, dos réos Manoel Francisco do Espirito Santo, José da Silva Porto, Amaro da Silva Tolles, João Francisco da Cruz e Marceonillo Armando do Vasconcellos.

Desembargador Pindahyba de Mattos, dos réos Antonio Santiago de Galiza, Antonio Barbosa da Silva, Antonio de Oliveira Galvão e Antonio Julio de Almeida.

Desembargador Trigo de Loureiro, dos réos João Manoel José da Silva Filho, Daniel Joaquim Thompson e João Baptista Faria.

Os crimes de que foram accusados, as sentenças que tiveram em conselho de guerra, e a decisão final neste tribunal acham-se no livro do registro das sentenças, correspondente ao dia de hoje.

Bibliotheca Nacional.— Durante a quinzena decorrida de 1 a 15 do corrente, foi a Bibliotheca Nacional frequentada por 445 leitores.

Imprensa periodica.— Recebemos o *Boletim do Club Naval*, fasciculo de 1 a 3, de outubro a dezembro ultimo, trazendo o seguinte summario:

Club Naval—Mensagem—O Ministro da Marinha—A Nova Patria—Nova organização do quadro do corpo da Armada e Lei da reforma e impulsoria—Chile—A reforma compulsoria dos Officiaes da Armada—Escolas de Aprendizes Marinheiros—Theoria do leme—Um novo obturador—A Lei de promoção na Armada—Projecto de reforma do Corpo de Fazenda da Armada—Alguns apontamentos para o estudo da tactica naval—Apontamentos para a historia da Marinha de Guerra do Brazil—Artilharia moderna—Organização das forças militares da Republica dos Estados-Unidos do Brazil—Chronica—Ministerio da Marinha—Movimento da esquadra—Bibliographia.

— A *Resenha Juridica*, de Ouro Preto, fasciculo de novembro e dezembro ultimo, n.º 11 e 12, do V anno.

Malas.— O correio geral expelle hoje as seguintes:

Pelo *Beserra de Menezes*, para Macahé e Campos, impressos até à 1 hora da tarde, cartas para o interior até à 1 1/2, ditas com porte duplo até às 2, objectos para registrar até à 1 1/2 idem.

Pelo *Camillo*, para Parapaguá, Desterro, Rio Grande e Pelotas, impressos até às 7 horas

da manhã, cartas para o interior até às 7 1/2, ditas com porte duplo até às 8, objectos para registrar até às 6 da tarde de hoje.

Pelo *Provence*, para Dakar, Teneriffe, Marselha, Genova e Napoles, impressos até às 8 horas da manhã, cartas para o exterior até às 10 idem.

Pelo *Horrow*, para Nova York, impressos até à 1 hora da tarde, cartas para o exterior até às 2, objectos para registrar até às 12 1/2 idem.

Pelo *Baltimore*, para Santos, impressos até às 11 horas da manhã, cartas para o interior até às 11 1/2, ditas com porte duplo até às 12, objectos para registrar até às 10 1/2 idem.

— Amanhã: Pelo *Chatham*, para Parapaguá, Santa Catharina, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, impressos até às 8 horas da manhã, cartas para o interior até às 9 1/2, ditas com porte duplo até às 10, objectos para registrar até às 6 da tarde de hoje.

Repartição Central Meteorologica.—Resumo meteorologico da estação do morro de Santo Antonio.

Dias 21 e 22 de fevereiro de 1890

DATAS		BAROMETRO A 0'	TEMPERATURA	TENSÃO DO VAPOUR	HUMIDADE RELATIVA
Dias	Horas				
21	11 noute...	734.53	21.0	20.92	88.0
22	5 manhã..	733.03	23.4	91.78	47.0
>	11 > ...	733.07	24.0	20.21	75.0
>	5 tarde...	731.10	29.3	19.46	68.0
	Maxima.....	733.59	39.4	23.13	87.0
	Minima.....	731.10	23.0	11.73	47.0
	Média.....	732.315	26.7	18.93	67.0

Maxima ao sol, 61.0.
Maxima na relva, 37.5.
Minima na relva, 18.8.
Evaporação à sombra — 1^m.85.
Ozone — 0.0.
Chuva — 0^m.0.

Tempo variavel. Céu encoberto por cumulus, cumulo-cirrus e cirrus esparcos. Pela tarde mais nublado por cumulo-nimbus. Montanhas ao longe cobertas por nevoeiro.

(1) calmo, (2) calmo, (3) ENE fraco, (4) E fraco.

Observatorio Astronomico
— Resumo meteorologico dos dias 23 e 24 de fevereiro:

N. DE ORDEN	DIAS	HORAS	BAROMETRO A 0'	TEMPERATURA CENTIGRADA	TENSÃO DO VAPOUR	HUMIDADE RELATIVA
1	23	10 hs. da noute..	751.81	21.0	21.07	71.0
2	24	1 > > manhã..	750.72	23.8	20.45	73.0
3	>	10 > > >	750.37	27.4	20.49	75.2
4	>	4 > > tarde..	750.22	25.4	19.41	80.0

Maximum do dia, 27.8. Minimum da noute, 24.0.

Evaporação em 24 horas: sombra, 3.0.
Ozone 3.
Chuva no dia 23, às 7 horas da noute, gottas.
Chuva do dia 24 às 7 horas da manhã 10^m.33
Velocidade média do vento em 24 hs., 3^m.7.

Estado do céo

- 1) Encoberto por cirro-cumulos, cumulo-nimbus, vento WNW 3^m.3.
- 2) Encoberto por cumulo-nimbus, nimbus, vento calmo.
- 3) 0,9 encobertos por cirro-cumulus, cumulo-nimbus, vento NNE 1^m.8.
- 4) 0,4 encobertos por nimbus, vento calmo.

TRIBUNAES

AUDIENCIA DO JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA COMMERCIAL

JUIZ DR. MACEDO SOARES — ESCRIVÃO ABREU

Acções de 10 dias

Autores Antonio Alves de Souza Dias. — Respondido o agravo.
Manoel Corrêa de Sá. — Desprezada a excepção.

Acção summaria

Autores H. Gonçalves & Comp. — Desprezada a excepção.

Acção de sejuro

Autor José Antonio de Ayrão Monteiro. — Recebida a appellação interposta em ambos os effeitos.

Justificação

Justificante Lucio Frederico Whitney. — Julgado o lançamento e por interrompida a prescrição.

Execução

Exequente Manoel José de Azevedo Almeida. — Recebido o allegado na petição a fis. 2) e com embargos, que correrão em apartado.

Domingos de Castro Pereira Paixoto. — Recebida em um só effeito a appellação.

Francisco José Fernandes de Mendonça. — Desprezados os embargos, prosiga-se no concurso de preferencia.

Dissoluções e liquidações

Franklin & Comp. — Julgado o lançamento e presente o liquidante a fórma da partilha.
Lima Junior & Comp. — Vista aos interessados por 5 dias.

Gouvêa & Quirino. — Julgada, dissolvida e sujeita a liquidação esta firma. Foi nomeado liquidante o socio Quirino.

Augusto Fernandes & Amorim. — Julgada por sentença a partilha.

Do espolio de Manoel Lopes. — Prosiga na liquidação. O supplicante Joaquim Alves Ferreira Bastos uze dos meios ordinarios para fazer valer seus direitos.

ESCRIVÃO LAZARY

Acção summaria

Autora a Fazenda Nacional. — Arbitrados os salarios dos peritos.

Acções ordinarias

Autores Luiz Carlos de Souza Pinto. — Recebida a appellação interposta em ambos os effeitos.

Joaquim José de Brito. — Idem.

A Caixa de Crédito Commercial. — Em prova.

Bonniard Frères. — Desprezada a excepção

Notificação

Notificante Dr. José Ferraz do Magalhães Castro. — Julgado o lançamento e sua comminação.

Liquidações

Das firmas commerciaes Carneiro & Faria. — Propoza o liquidante a fórma da partilha o sobre ella digam os interessados.

Ribeiro, Irmão & Sampaio. — Julgada por sentença a partilha e adjudicados aos interessados: o respectivo: quinhões.

Protestos

Supplicante: J. J. G. Borlido. — Julgado por sentença o protesto.

Joaquim Carvalho de Oliveira e Silva. — Idem.

Ação de seguros

Autores Villiger & Comp. — Condemnada a ré sómente em parte do pólido dos autores.

Ação de 10 dias

Autor Antonio José da Costa Nunes. — Sobre a excepção diga o autor no prazo legal.

EDITAES E AVISOS**Escola Polytechnica****Adiamento dos exames da 2ª época**

De ordem do Sr. Dr. director da escola faço publico, para conhecimento dos interessados, que, havendo sido transferidos para o proximo mez de abril os exames da 2ª época dos cursos desta escola, e bem assim os de algebra, geometria e trigonometria rectilinea e desenho geometrico e elementar, exigidos para a matricula nesta escola, de accordo com os avisos ns. 182 e 981 de 1 e 22 do corrente mez, ficam adiados até ao dia 28 do corrente o prazo de apresentação de requerimentos para esses exames, e até ao dia 15 do futuro mez de março o prazo para pagamento das taxas relativas aos exames dos cursos desta escola, na prova determinada nos anteriores editaes.

Secretaria da Escola Polytechnica, 24 de fevereiro de 1890. — Pelo secretario, *Alexandre Gomes da Silva Chaves*, escripturario.

Externato do Instituto Nacional de Instrução Secundaria

Pe ordem do Rvm. monsenhor reitor, communico aos interessados que as matriculas, exames de admissão e de segunda época para os esperados effectuar-se-hão do dia 1 a 15 de março proximo. — O secretario, *Antonio Joaquim Rodrigues Junior*.

Escola Normal da Capital

Hoje, 25 do corrente, ás 5 horas da tarde, serão chamados os seguintes alumnos:

Arithmetica (prova escripta) — Orminda de Miranda Rodrigues e Clarinda Augusta Rolindo.

Algebra e geometria (prova escripta) — Amelia Coutinho Cesar da Costa e Maria de Oliveira Aguiar.

Pedagogia (prova escripta) — Todos os inscriptos nessa materia.

Trabalhos de agulha (prova pratica) — Todas as alumnas que fizeram prova oral.

Amanhã, 26 do corrente, ás 5 horas da tarde, serão chamados a exame oral e pratico de musica, todos os alumnos inscriptos nessa materia.

Continúa aberta a inscripção para os exames de admissão á matricula, das 5 ás 9 horas da noite, na secretaria desta escola, os quaes começarão no dia 2 de março.

Intendencia Municipal**Trabalhos eleitoraes**

O presidente do Conselho de Intendencia Municipal, em observancia do art. 8º do decreto n. 203 A de 8 do corrente mez e anno, faz publico que nomeou para fazerem parte das commissões districtaes das difforntes parochias deste municipio os cidadãos abaixo designados, os quaes devem na fórma do dito decreto comparecer para os respectivos trabalhos no logar, dia e hora designados pelos cidadãos 1ºs juizes de paz.

Parochia do Sacramento

1º districto — Cidadão Antonio Justiniano Esteves Junior.

2º districto — Cidadão Alcindo Guanabara.

Parochia de Santa Rita

1º districto — Cidadão Antonio Luiz dos Santos Werneck.

2º districto — Cidadão Athanalgio Barata Ribeiro.

Sant'Anna

1º districto — Cidadão coronel Carlos Corrêa da Silva Lage.

2º districto — Cidadão Hyppolito de Miranda Ferreira Campello.

Santo Antonio

Cidadão José Leão Ferreira Souto.

Gloria

Cidadão Dr. Ubalдино de Amaral.

Lagôa

Cidadão Dr. José Napoles Telles de Menezes.

Gavea

Dr. José Antonio Murinho.

S. Christovão

Cidadão capitão Emilliano Rosa de Senna.

Espirito Santo

Cidadão Dr. Vicente de Souza.

Engenho Velho

1º districto — Cidadão Gabriel Filgueiras.

2º districto — Cidadão Carlos Fortes de Bus-tamante Sá.

Engenho Novo

1º districto — Cidadão Dr. José Antonio Pedreira de Magalhães Castro.

2º districto — Cidadão bacharel Alfredo Moreira Pinto.

Outrosim, faz publico que os edificios onde devem reunir-se as commissões são os seguintes:

Candelaria — Salão da praça do Commercio. S. José, 1º districto — Bibliotheca da Faculdade de Medicina.

2º districto — Escola Municipal de S. José. Sacramento, 1º districto — Escola Polytechnica.

2º districto — Escola publica, rua S. Pedro. Santa Rita, 1º districto — Externato do Instituto Nacional de Instrução.

2º districto — Escola Municipal, rua da Harmonia.

Sant'Anna, 1º districto — Escola Municipal S. Sebastião.

2º districto — Intendencia Municipal.

Santo Antonio — Tribunal da Relação.

Gloria — Escola Municipal — praça Duque de Caxias.

Lagôa — Escola Nocturna, rua Tambo, antiga Bambina.

Gavea — Escola Publica, rua da Boa Vista.

S. Christovão — Escola Publica, praça Pedro I.

Espirito Santo — Escola Publica, rua da Floresta.

Engenho Velho, 1º districto — Estação de Bombeiros, á rua S. Christovão.

Engenho Velho, 2º districto — Asylo de Meninos Desvalidos.

Engenho Novo, 1º districto — Escola de meninos á rua D. Anna Nery.

Engenho Novo, 2º districto — Escola publica á praça Pedro II.

O que torna publico pela imprensa, para conhecimento dos interessados e funcionarios a quem competir.

Intendencia Municipal, 24 de fevereiro de 1890. — *F. A. Pessoa de Barros*, presidente.

— *J. A. de Magalhães Castro Sobrinho*, secretario.

Recebedoria do Rio de Janeiro**Cobrança de imposto**

Termina no fim do corrente mez a cobrança, sem multa, do imposto sobre industrias e profissões, relativo ao 1º semestre do exercicio de 1890.

Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro

Pela secretaria da inspecção deste arsenal faz-se publico que, ás 11 horas da manhã do dia 6 de março proximo vindoura, receber-se-hão no gabinete do Sr. contra-almirante, inspector deste estabelecimento, propostas para o concerto do paiol da polvora do batalhão naval.

Na directoria das obras civis e militares dar-se-hão todos os esclarecimentos necessarios.

Secretaria da Inspeção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro de 1890. — O secretario, *Eugenio Candido da Silveira Rodrigues*.

Collegio Militar**Fornecimento de calçado**

De ordem do Sr. coronel commandante, faço publico que este collegio precisa contractar o fornecimento de calçado, para os alumnos, durante o corrente anno.

As amostras acham-se no memo collegio, á disposição dos proponentes, para serem examinadas.

As propostas, acompanhadas das amostras, serão recebidas no dia 27 do corrente mez, ás 11 horas da manhã, hora em que serão abertas na presença dos proponentes.

Capital Federal, 24 de fevereiro de 1890. — *Juvenio Rodrigues dos Santos*, tenente quartel-mestre.

Estrada de Ferro Central do Brazil**Despacho de mercadorias para as estradas paulistas**

Em annuncio de 29 de janeiro do corrente anno declarou-se que, por acharem-se repletos de mercadorias os armazens da estação de Cachoeira, só se receberiam despachos para a estação do norte e estações das estradas paulistas sujeitas a demora por tornar-se preciso depositar as mercadorias nas estações intermediarias.

Tendo actualmente cessado os motivos que determinaram a adopção desta medida, declara-se, para conhecimento do publico, que os despachos destas mercadorias continuam a ser feitos como anteriormente.

Escriptorio do trafego, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1890. — *Abel Ferreira de Mattos*, chefe do trafego.

Edital**De praça**

O Dr. José Joaquim Ferreira da Costa Braga, juiz substituto dos Feitos da Fazenda Nacional da Capital Federal.

Faço saber a quantos o presente edital, com o prazo de nove dias, virem, que, no dia 7 de março de 1890, o porteiro dos auditorios trará a publico prégão de venda e arrematação e entregará a quem mais der e maior lance offercer, na execução que a Fazenda Nacional move contra o Visconde do Silva, o predio da rua do General Camara n. 58, o qual é de sobrado tendo nas lojas duas portas largas, portadas de cantaria, aberto em um grande salão, tendo pela rua de S. Pedro duas portas. Sobrado com tres janellas de saccada e gradil de ferro, portadas de cantaria, dividido em salas dous quartos e cozinha. Sotão com janellas que dão para uma área que fica no centro do predio, divide-se o sotão em duas salas e dous quartos; forrado e assoalhado; a construção é de pedra e cal. O predio está em obras; mede de frente 6 metros, faz divisão pelo fundos com a rua do S. Pedro, pelo qual tem tres portas. Avaliado o dito predio em 40:000\$. E não havendo arrematante pelo preço da avaliação voltará o immovel á praça com o intervallo de 8 dias e com o abatimento de 10%; si nesta ainda não encontrar lance superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento,

irá á terceira praça com o mesmo intervallo e novo abatimento de 10 %, o neste caso será arrematado pelo maior preço que for offerecido sem que, em hypothese alguma, seja permittida a acção de nullidade, por lesão de qualquer especie, tudo na fórma do art. 19, cap. 5º do regulamento que baixou com o decreto n. 9885 de 29 de fevereiro de 1888. E quem no mesmo quizer lançar deverá comparecer á praça deste juizo, que hei de fazer no dia acima designado, ás portas da Relação. E para que chegue ao conhecimento e noticia de todos o presente edital será publicado pela imprensa, e affixado nos logares do costume, pelo porteiro dos auditorios, que deverá lavrar a competente certidão, para ser junta aos autos. Dado e passado na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil aos 25 de fevereiro de 1890. E eu, Iclirerico Narbal Pamplona, escriptão, o subscrevi.—*José Joaquim Ferreira da Costa Braga.*

De praça

O Dr. José Joaquim Ferreira da Costa Braga, juiz substituto dos Feitos da Fazenda Nacional da Capital Federal.

Faz saber a quantos o presente edital, com o prazo de 9 dias, virem, que, no dia 7 de março de 1890 o porteiro dos auditorios trará a publico preço de venda e arrematação e entregará a quem mais der e maior lance offerecer, na execução que a Fazenda Nacional move contra Maria Joaquina de Jesus, a quarta parte do predio da rua da Uruguayana n. 77, o qual é do sobrado, tendo nas lojas sete portas de frente, portadas de contaria, pela rua do Hospicio duas portas de frente, portadas de madeira, aberto em um salão. Sobrado com cinco janellas de frente, do lado das duas salas, tres quartos, saleta, divisa e cozinha, forrado e assoalhado; a construção é de tijolo e está em bom estado; modo de frente 24 metros e de fundos 4^m,50. É avaliada a quarta parte do dito predio em tres contos de réis (3.000\$000). E não havendo arrematante pelo preço da avaliação, voltará o immovel á praça com o intervallo de 8 dias e com o abatimento de 10 %; si nesta ainda não encontrar lance superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irá á terceira praça com o mesmo intervallo e novo abatimento de 10 %, e neste caso será arrematado pelo maior preço que for offerecido, sem que, em hypothese alguma, seja permittida a acção de nullidade por lesão de qualquer especie, tudo na fórma do art. 19, cap. 5º do regulamento que baixou com o decreto n. 9885 de 29 de fevereiro de 1888. E quem no mesmo quizer lançar deverá comparecer á praça deste juizo, que hei de fazer no dia acima designado, ás portas da Relação. E para que chegue ao conhecimento e noticia de todos, o presente edital será publicado pela imprensa, e affixado nos logares do costume pelo porteiro dos auditorios, que deverá lavrar a competente certidão para ser junta aos autos. Dado e passado na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil aos 25 de fevereiro de 1890. E eu, Iclirerico Narbal Pamplona, o subscrevi.—*José Joaquim Ferreira da Costa Braga.*

De praça

O Dr. José Joaquim Ferreira da Costa Braga, juiz substituto dos Feitos da Fazenda Nacional da Capital Federal.

Faço saber a quantos o presente edital, com o prazo de nove dias virem, que, no dia 7 de março de 1890, o porteiro dos auditorios trará a publico preço de venda e arrematação, e entregará a quem mais der e maior lance offerecer na execução que a Fazenda Nacional move contra Vieira de Jesus, o predio da Ladeira de João Homem n. 44, o qual é terreo com duas janellas e uma porta de frente, portadas de madeira, dividido em sala de jantar, um quarto, dispensa, cozinha, um quarto e quintal todo murado; forrado e assoalhado; a construção é de tijolo; modo de frente 6^m,80 e de comprimento 15 metros.

Avaliado o predio em 2.000\$000. E não havendo arrematante pelo preço da avaliação, voltará o immovel á praça com o intervallo de oito dias com o abatimento de 10 %; si nesta ainda não encontrar lance superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irá á terceira praça com o mesmo intervallo e novo abatimento de 10 %, e neste caso será arrematado pelo maior preço que for offerecido, sem que, em hypothese alguma, seja permittida a acção de nullidade por lesão de qualquer especie, tudo na fórma do art. 19, cap. 5º do regulamento que baixou com o decreto n. 9885 de 29 de fevereiro de 1888. E quem no mesmo quizer lançar deverá comparecer á praça deste juizo que hei de fazer no dia acima designado, ás portas da Relação. E para que chegue ao conhecimento e noticia de todos, o presente edital será publicado pela imprensa e affixado nos logares do costume pelo porteiro dos auditorios, que deverá lavrar a competente certidão para ser junta aos autos. Dado e passado na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil aos 25 de fevereiro de 1890. E eu, Iclirerico Narbal Pamplona, o subscrevi.—*José Joaquim Ferreira da Costa Braga.*

O Dr. Manoel Martins Torres, juiz de direito da 1ª vara civil desta capital.

Faz saber aos que este virem e a quem pertencer que, tendo o Dr. Paulo José Pereira de Almeida Torres prestado juramento e entrado em exercicio da serventia vitalicia do officio do Registro Geral de Hypothecas recentemente creado nesta capital e de que lhe fez mereo o Governo por titulo de 10 de janeiro ultimo, acha-se o mesmo registro installado e deve começar a funcionar em o predio da rua do Ouvidor n. 83, 1º andar, da data de amanhã em diante. Dado e passado nesta capital federal, aos 24 de fevereiro de 1890. E eu, Felipe Damasio Gonçalves Leite, escriptão, o subscrevi.—*Dr. Manoel Martins Torres.*

Inspectoria Geral de Hygiene

Em virtude do que dispõe o art. 66 do regulamento que baixou com o decreto n. 9554 de 3 de fevereiro de 1886, a Inspectoria Geral de Hygiene faz publico, pelo prazo de oito dias, que o cidadão Axel E. Severin lhe dirigiu a seguinte petição com documentos que satisfazem as exigencias do art. 65 do citado regulamento:

«Axel E. Severin, pharmaceutico pela faculdade de Stockolmo, Suecia, tendo requerido a V. Ex. a transferencia da sua licença de pharmacia da estação de Jaguary para S. Roque, do estado de S. Paulo, obteve o despacho seguinte:—Adiado até a publicação do regulamento, etc.— e por isso vem outra vez respeitosamente requerer a V. Ex. a dita transferencia pelo regulamento de 1886, que julga em vigor até que esteja publicado um outro, allegando o seguinte:

1º S. Roque é uma localidade pequena de insignificante movimento commercial, onde já estiveram estabelecidos varios pharmaceuticos e praticos licenciados que em pouco tempo retiraram-se dalli por não tirarem resultado sufficiente para sua subsistencia, de modo que actualmente não existe pharmacia alguma ahi, como provam os attostados da câmara municipal.

2º O supplicante foi convidado por pessoas distinctas a estabelecer ahi uma pharmacia com urgencia o que de boa vontade faz por deixar residir alli, onde o clima é mais proprio para sua saude. E, portanto, mais para ter uma occupação honesta do que pretensão de interesse.

3º Quanto á capacidade de dirigir uma pharmacia scientificamente e praticamente o supplicante é formado e juramentado como provam os documentos que acompanham este requerimento, e alem disso licenciado ha 12 annos pela Exma. Junta Central de Hygiene, tendo sido estabelecido nove annos com uma pharmacia importante em Mogy-mirim, onde permaneceu durante a terrivel epidemia de 1876 a 1877, fornecendo gratuitamente medicamen-

tos para os hospitaes dos epidemicos, como prova o officio da camara municipal daquella cidade. O Exm. Sr. inspector de hygiene do estado de S. Paulo tambem conhece o supplicante, suas habilitações e sua dignidade. O supplicante pede a V. Ex. que se ligue tomar em justa consideração os motivos expostos e com maior brevidade possivel deferir seu requerimento.—E. R. M.—Em 4 de janeiro de 1890.—*Axel Eberhard Severin.* » Sobre uma estampilha de 200 réis, devidamente inutilizada.

E declara que, si nesse prazo nenhum pharmaceutico formado lhe communicar ou á inspectoría de hygiene do estado do São Paulo a resolução de estabelecer pharmacia na citada localidade, concederá ao pratico a licença requerida.

Inspectoria Geral de Hygiene, 21 de janeiro de 1890.—*Dr. Pedro Affonso de Carvalho,* secretario.

Em virtude do que dispõe o art. 68 do regulamento que baixou com o decreto n. 169 de 18 de janeiro do corrente anno, a Inspectoria Geral de Hygiene faz publico, pelo prazo de oito dias, que o cidadão Agostinho de Moraes Dutra, por seu procurador Luiz Pinto da Silveira lhe dirigiu a seguinte petição, com documentos que satisfazem as exigencias do art. 67 do citado regulamento:

«Agostinho de Moraes Dutra, por seu procurador abaixo assignado, vem requerer a V. Ex. permisso para abrir e dirigir uma pharmacia na freguezia de Musambinho, estado de Minas Geraes, para o que o supplicante junta os documentos de accordo com o regulamento n. 169 de 18 de janeiro do corrente anno. Não havendo pharmacia na localidade para a qual o supplicante requer a abertura desta e sendo de urgente e imprescindivel necessidade o estabelecimento da pharmacia do requerente para socorrer a população do referido logar que necessita de recursos promptos de medicamentos, pede a V. Ex. se digne conceder a licença pedida. Sendo de justiça pede deferimento. Saude e fraternidade.—Capital Federal, 24 de janeiro de 1890.—*Luiz Pinto da Silveira.* » Sobre uma estampilha de duzentos réis.

E declara que, si nesse prazo nenhum pharmaceutico formado lhe communicar ou á Inspectoria de Hygiene do estado de Minas Geraes, a resolução de estabelecer pharmacia na citada localidade, concederá ao pratico a licença requerida.

Inspectoria Geral de Hygiene, 13 de fevereiro de 1890.—*Dr. Pedro Affonso de Carvalho,* secretario.

Em virtude do que dispõe o art. 66 do regulamento que baixou com o decreto n. 9554 de 3 de fevereiro de 1886, a Inspectoria Geral de Hygiene faz publico pelo prazo de oito dias, que o cidadão Domingos Maria Flores, por seus procuradores Domingos da Fonseca & Comp., dirigiu a seguinte petição com documentos que satisfazem as exigencias do art. 65 do citado regulamento:

«Domingos Maria Flores, representado por seus procuradores Domingos da Fonseca & Comp. residentes nesta capital, desejando se estabelecer com pharmacia na freguezia de S. Sebastião da Alegria, estado de S. Paulo, logar onde sente-se falta de um estabelecimento desta ordem e julgando-se para este fim habilitado, como tudo prova com os attestados juntos; vem respeitosamente solicitar a competente licença. Saude e fraternidade. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1890.—Por procuração, *Domingos da Fonseca & Comp.* » Sobre uma estampilha de duzentos réis.

E declara que, si nesse prazo nenhum pharmaceutico formado lhe communicar ou á Inspectoria de Hygiene do estado de S. Paulo a resolução de estabelecer pharmacia na citada localidade, concederá ao pratico a licença requerida.

Inspectoria Geral de Hygiene, 4 de fevereiro de 1890.—*Dr. Pedro Affonso de Carvalho,* secretario.

COMMERCIO

Cambio

Rio, 24 de fevereiro de 1890

Não teve alteração o mercado, que continuou regularmente firme a taxa de 24 1/8 d., sobre Londres, e as equivalentes sobre as outras praças.

Nota-se ainda pouca animação, vigorando, oficialmente, nos Bancos Nacional, Commercial, Commercial, Industrial, London, English e Brasilianische, os seguintes preços:

Table with exchange rates for London, Paris, Hamburg, Italy, Portugal, and New York.

O movimento do dia foi pequeno, sobre Londres a 24 1/8, 24 3/16 d., bancario, e 24 5/16 e 24 3/8 d. particular.

Negociou-se também papel bancario e contra caixa matriz a 24 3/16 d., e repassado a 24 1/4 d.

Fundos publicos

MOVIMENTO DA BÓLSA

Apólices

Table with bond prices for 1000 and 5000 apólices.

Soberanos

Table with bond prices for various denominations of Soberanos.

Ações de bancos e companhias

Table with stock prices for Banco do Brazil, Construtor, and various companies.

Debentures

Table with debenture prices for Leopoldina.

Letras hypothecarias

Table with mortgage bond prices for Banco Credito Real and Rural.

Metaes

Table with metal prices for Soberanos.

COTAÇÕES OFFICIAES

Apólices

Table with official bond prices for 1000 apólices.

Soberanos

Table with official metal prices for Soberanos.

Ações de bancos e companhias

Table with official stock prices for Banco do Brazil and others.

Debentures

Table with official debenture prices for Leopoldina.

Letras hypothecarias

Table with official mortgage bond prices.

J. J. Fernandes, presidente. — Pompeo Pereira Palha, secretario.

Rendas fiscaes

ALFANDEGA

Table with fiscal revenue data for Alfandega.

RECREATORIA

Table with recreational data for Rio de Janeiro.

MESA DE RENDAS DO RIO DE JANEIRO

Table with revenue table for Rio de Janeiro.

Mercadorias

Pela Estrada de Ferro Central

As mercadorias entradas no dia 22 de fevereiro de 1890 foram:

Table with commodity prices for various goods like Aguardente, Arroz, Algodão, etc.

Table with commodity prices for goods like Aguardente, Arroz, Algodão, etc. (continued).

CAFÉ

Table with coffee prices and telegram information.

Movimento do Porto

Sahidas no dia 24

Table with port movement data for Montevideo, Bremen, Paraty, Macaé, and Bordeaux.

Entrada: no dia 24

Table with arrival data for London, Bremen, Bahia, Rio da Prata, and Nova Zelândia.

Noticias maritimas

Vapores esperados

Table with expected ships from Marseille, Rio da Prata, and other ports.

Vapores a sair

Table with ships to depart for various destinations like Santos, Southampton, and London.

SOCIEDADES ANONYMAS

Companhia de Seguros Maritimos e Terrestres Nova Permanente

ACTA DA ASSEMBLEA GERAL EXTRAORDINARIA EM 19 DE FEVEREIRO DE 1890

Presidencia do Sr. commendador João Martins Cornelio dos Santos

A's 12 1/2 horas da tarde, no escriptorio desta companhia, tendo comparecido 17 Srs. accionistas...

O Sr. presidente declarou que sendo a presente reunião convocada pela terceira vez, conforme os annuncios publicados nas folhas diarias...

Convidado pelo Sr. presidente, o Sr. 1º secretario procedeu a leitura da acta da sessão anterior, a qual foi approvada.

O Sr. Manoel Teixeira do Valle obtendo a palavra pediu ao Sr. presidente para submeter á approvação da assemblea a 4ª proposta do parecer do conselho fiscal...

onformidade com o art. 21 dos estatutos, revogue a proposta de um Sr. accionista, que, na assemblea de 8 de março de 1889, foi admittida e approvada como emenda, elevando o numero de tres directores a cinco, como consta do actual relatório da directoria. Posta em discussão e não havendo quem pedisse a palavra, o Sr. presidente dá por approvado o acto que revoga o augmento de numero de directores.

O Sr. Serafim Fernandes Clare pede a palavra para ponderar que, sabendo que a reforma dos estatutos actual é mais ampla do que a que foi proposta em tempo e que consta do 5º artigo do parecer do conselho fiscal, deseja, antes de se pronunciar, ouvir a opinião da directoria, porque tendo ella proposto anteriormente augmento de directores, recela que com esta reforma fique sobrecarregada de muito trabalho; pede, pois, á digna directoria queira declarar, si se julga habilitada para dirigir a secção bancaria, sem prejuizo da secção de seguros.

O director Domingos Alves de Oliveira obtendo a palavra declara que, ollo conjuntamente com os seus collega: de directoria acham-se habilitados para dirigir a secção bancaria, pois em caso contrario não teriam apresentado a proposta para a reforma dos estatutos; tanto mais que para todos os actos concernentes á essa secção se haviam de consultar mutuamente e só com approvação unanime é que elle: se realisariam.

O Sr. Serafim Fernandes Clare declara-se satisfeito e promette votar pela reforma dos estatutos.

Em seguida, o Sr. presidente convida a assemblea a ouvir a leitura da reforma do estatuto; a que vae proce:der o Sr. 1º secretario, Dr. Francisco da Silva Cunha.

Reforma dos estatutos da Companhia de Seguros Nova Permanente

Art. 4.º Supprima-se: — Com autorização do conselho fiscal.

Accrescente-se o seguinte artigo que passa a ser o 5.º:

Além das operações de seguros, a companhia realizará também operações bancarias, para o que terá duas secções denominadas — de seguro e bancarias.

Pela secção bancaria poderá a companhia:

I. Empréstar dinheiro sobre penhor de apolices da divida publica federal e dos estados, de accções de bancos e companhias legitimamente organizados, com cotação na praça, de obrigações de preferencia e letras hypothecarias; obtendo dos mutuarios procurações com poderes especiaes para receber os juros e dividendos dos titulos nominativos caucionados e para alhear o penhor na falta de pagamento, vencida a divida; de metras amoadados, ouro e prata contrastadas.

II. Adeantar dinheiro sobre mercadorias de facil conservação, armazenadas na Alfandega ou trapiches, ou em viagem de mar contra conhecimento.

III. Comprar, vender ou construir por conta do terceiros, mediante commissões, predios nesta capital ou em Nitheroy, alugal-os e receber os respectivos alugueis.

Art. 5.º passa a ser 6.º.

Paragrapho unico passa a ser 1.º assim redigido:

« Estão omittidas 10.000 accções e as outras sel-o-hão sob proposta da directoria, ouvido o conselho fiscal e approvação da assemblea geral.»

Art. 6.º—Passa a ser § 2.º.

Accrescente-se o seguinte artigo sob n. 8.—Do capital social serão destin idos á secção de seguro: duas quintas (2/5.º) partes e á secção bancaria tres quintas (3/5.º) partes, sendo as duas secções differentes e independentes entre si.

Art. 8.º—Passa a ser 9.º.

Art. 9.º—Passa a ser 10, supprimindo-se no § 1.º as palavras: — e conselho fiscal.

Art. 10.—Passa a ser 11, assim redigido: Dos lucros liquidos verificados no balanço semestral de cada uma das duas secções se

deduzirão pelo menos 10 % para o respectivo fundo de reserva, até que atinja á metade do capital realzado e destinado a cada uma das sessões.

Si depois de assim completados os mesmos fundos houver diminuição ou desfalque, serão reconstituídos com iguaes deducções de lucros.

§§ 1.º, 2.º 3.º e 4.º—Substituam-se pelos seguintes:

§ 1.º O fundo de reserva da secção de seguros, bem como o respectivo capital, poderão ser convertidos em apolices da divida federal ou dos estados, letras do Thesouro Nacional ou hypothecarias de estabelecimentos de credito real, ou entregues á secção bancaria vencendo juros em conta corrente.

§ 2.º No caso de desfalque do capital realzado, fará a directoria, por meio de annuncios de 15 dias nos jornaes, novas chamadas assim de que nunca seja inferior a 10 % o mesmo capital.

O art. 11 passa a ser 12, accrescentando-se depois da palavra — semestre—o seguinte: — relativos a ambas as sessões.

O art. 12 passa a ser 13.

O art. 13 passa a ser o § 1.º do artigo acima.

O paragrapho unico passa a ser o § 2.º do artigo acima.

Art. 19 § 1.º—Em vez de: —um dos membros do conselho fiscal — diga-se: —um dos membros da directoria.

Art. 32—Em vez de: —e o conselho fiscal convidarem—diga-se: convidar.

Art. 35 § 2.º — Supprima-se: —precedendo approvação do conselho fiscal.

O § 9.º supprima-se.

O § 10 passa a ser 9º e supprima-se: —de accordo com o conselho fiscal e=

Os §§ 11, 12 e 13 passam a ser 10, 11 e 12.

O § 14 passa a ser 13, e supprima-se: —ouvido o conselho fiscal.

Art. 40—Em vez de: —do art. 10 e seus paragraphos—diga-se: —do art. 11 e seu paragrapho.

A directoria fica autorizada a aceitar proposta para fusão desta companhia com uma ou mais companhias de seguros desta capital.

Terminada a leitura, o Sr. Manoel Teixeira do Valle pede ao Sr. presidente para que antes de submeter á discussão e approvação da assemblea a reforma dos estatutos proposta pela directoria, seja aceita uma emenda á mesma proposta, a qual apresenta por escripto e é do teor seguinte:

Proponho a reforma do art. 33, adoptando-se a seguinte redacção:

Art 33. Para ser eleito director, é bastante que o candidato se habilite com o numero de accções, nos termos da lei entre a época da eleição e o exercicio. — *M. F. do Valle.*

Posta em discussão pelo Sr. presidente a reforma dos estatutos proposta pela directoria com a emenda do Sr. Manoel Teixeira do Valle, foi approvada unanimemente e bem assim a emenda.

E nada mais havendo a tratar o Sr. presidente levantou a sessão á 1 1/2 horas da tarde. — *J. M. Cornelio dos Santos*, presidente. — *Dr. Francisco da Silva Cunha*, 1º secretario. — *Antonio Alves Guimarães*, 2º secretario.

Na parte superior se acham as palavras— *A Flor Indiana*—em letras maiusculas do tinta azul escuro orladas do encarnado, descendo do primeiro A uma rama de fumo e do ultimo um arabesco, havendo em um lado a palavra *Pernambuco* e do outro *rua Direita n. 17* e na parte interior *Carlos de Arruda & Comp.*, em letras maiusculas de tinta azul.

Fóra do parallelogrammo se vê um aviso sobre infracção legal, escripto em tinta encarnada e atravessada pela firma *Carlos de Arruda & Comp.*, em lettra cursiva com tinta azul.

A marca do papel para mortallas dos ditos cigarros consiste nas palavras— *A Flor Indiana*—scriptas com tinta cor de rosa em uma linha curva, debaixo da qual está a proposição *de e abaixo desta*, em linha recta, a firma *C. de A. & Comp.*

Certifico que foi apresentada na secretaria da Junta Commercial do Recife ás 11 horas da manhã de 27 de novembro de 1889.

Escrevi e assigno. Em fé de verdade.—O secretario, *Julio Augusto da Cunha Guimarães.*

Certifico que foi registrada sob n. 259, em virtude do despacho da Meritissima Junta Commercial em sessão de hontem. Pagou 1\$ de um parecer fiscal.

Escrevi e assigno nesta secretaria da Junta Commercial do Recife aos 27 de dezembro de 1889. Em fé de verdade.—O secretario, *Julio Augusto da Cunha Guimarães.*

ANNUNCIOS

Imprensa Nacional

Acham-se á venda nesta repartição as seguintes obras:

Constituição Americana.....	\$500
» Suissa.....	\$500
» Argentina.....	\$500
Pacto de União Provisorio dos Estados Unidos da America Central...	\$200
Tarifa das alfandegas de 1887 (reimpressão).....	5\$300

Banco popular

14, RUA GENERAL CAMARA, 14

Cumprindo o preceito estabelecido no art.16 do decreto n. 164, de 17 de janeiro ultimo, a Directoria comunica que se acha á disposição dos Srs. Accionistas o balanço fechado em 31 de dezembro de 1889, a relação nominal dos Accionistas e a lista das transferencias de accções.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1890. — *Antonio Alves Meheus*, Director-secretario.

PRIVILEGIOS

JULES GÉRAUD, á rua do Rosario n.43, encarega-se de obter privilegios no Brazil e no estrangeiro.

MARCAS REGISTRADAS

N. 288

A marca consiste em um parallelogrammo formado por um filete azul e outro mais fino cor de rosa, dentro do qual se acha a figura de um indio em pé, tendo na mão direita quatro settas e na esquerda um arco e um leão de cada lado.

Estas tres figuras collocadas no primeiro plano, que representa o chão quasi destituído de verdura, no qual se nota uma planta que termina em tres flores encarnadas; no segundo plano pequenos montes cobertos de verdura, consistindo o terceiro em montes inteiramente destituídos de qualquer vegetação.

DIARIO OFFICIAL

A assignatura é de 18\$ por anno e de 6\$ por quatro mezes.

Podem ser tomadas em qualquer tempo, mas terminam sempre nos mezes de abril, agosto e dezembro.

Aos funcionarios publicos retribuidos que autorissem o desconto de 1\$ mensaes em seus vencimentos, cabe o direito de receber a folha official, de conformidade com o disposto no art. 26 do regulamento de 20 de julho de 1889.

Rio de Janeiro. — Imprensa Nacional. — 1890